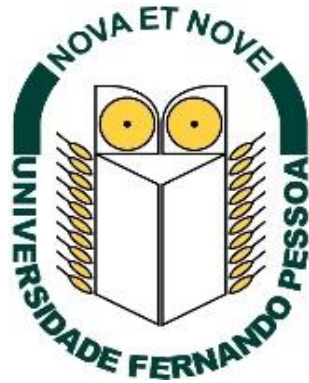


Daniela Catarina Gomes Ribeiro



**Delinquência: Processos de vitimação e padrões de vinculação**

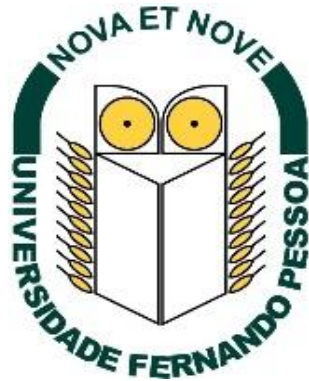
Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017



Daniela Catarina Gomes Ribeiro



**Delinquência: Processos de vitimação e padrões de vinculação**

---

(Daniela Catarina Gomes Ribeiro)

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime, sob orientação da Professora Doutora Laura Nunes.

Porto, 2017



## **Resumo**

A literatura defende que, sujeitos com padrões de vinculação inseguros tendem a ingressar mais facilmente em contextos de delito, e conseqüentemente associar-se a pares destas subculturas. Do mesmo modo, uma maior proximidade a pares desviantes, aumenta a vulnerabilidade e exposição a situações de risco e violência, o que se traduz numa maior propensão para a vitimação.

Assim, o presente trabalho tem como foco geral, a caracterização do fenómeno da vitimação em indivíduos com trajetórias de delinquência, e em específico, identificar padrões de vinculação predominante; recolher informação sobre experiências de vitimação, de forma a identificar a presença de um padrão de vitimação na população em análise; captar a perceção dos inquiridos a respeito destas vivências; e procurar eventual ligação entre a experiências de vitimação e estilos de vida desviantes.

Os resultados obtidos com uma amostra de 64 indivíduos, confirmam a predominância do padrão de vinculação inseguro (60,94%), e a elevada frequência da sobreposição ofensor-vítima (79,69%). Como esperado, também se verifica que indivíduos envolvidos no crime de tráfico de drogas (56,9%) assumem maior propensão para se tornarem vítimas de violência e crime. Os resultados demonstraram uma tendência para que os crimes sejam perpetrados por conhecidos (62,7%), reforçando assim o elo entre experiências de vitimação e estilo de vida desviante.

**Palavras-chave:** Delinquência; Vinculação; Vitimação; Vitimação do delinquente; Delinquência e vinculação

## **Abstract**

The literature argues that subjects with patterns of insecure attachment tend to join more easily into contexts of crime, and consequently associate with peers of these subcultures. Likewise, greater proximity to deviant peers increases vulnerability and exposure to situations of risk and violence, which translates into a greater propensity for victimization.

Thus, the present work has as general focus, the characterization of the victimization phenomenon in individuals with delinquent trajectories, in specific, to identify the predominant attachment patterns; collect information of the victimization experiences, in order to identify the presence of a pattern of victimization in the population under analysis; capture the perception of respondents about these experiences; and search for the eventual link between experiences of victimization and deviant lifestyles.

The results obtained with a sample of 64 individuals, confirm the predominance of insecure attachment patterns (60.94%), and the high frequency of the overlap offender-victim (79.69%). As expected, individuals involved in drug trafficking crimes (56.9%) assume a greater predisposition to become victims of violence and crime. The results showed a tendency for perpetrators to be related, in some degree, with the victims (62.7%), thus reinforcing the link between victimization experiences and deviant lifestyle.

**Keywords:** Delinquency; Attachment; Victimization; Delinquent victimization; Delinquency and attachment

“Podem argumentar que todos estamos em constante mutação. Sim, também eu não sou o mesmo de ontem. A única coisa que em mim não muda é o meu passado: a memória do meu passado humano. O passado costuma ser estável, está sempre lá, belo ou terrível, e lá ficará para sempre.”

Agualusa, J. E., 2004

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, pois é a eles que devo tudo aquilo que sou; obrigado pelo vosso apoio incondicional. À minha irmã e cunhado que me incentivaram nos momentos de maior incerteza, e em especial ao meu sobrinho. Ao Marco que me ensinou a importância do humor positivo. À minha irmã de coração, Alda, por me acompanhar em tudo, e me demonstrar o verdadeiro significado de amizade.

À minha orientadora, Professora Doutora Laura Nunes, pela orientação, pela transmissão de conhecimento, e pelas opiniões e críticas que me ajudaram a concluir esta etapa. À minha coorientadora, Professora Doutora Ana Isabel Sani, por todo o saber transmitido, por me ensinar a encarar os problemas de uma nova forma, e pela disponibilidade para delinear soluções.

À Dra. Carla Antunes que despertou em mim o interesse pela área da Psicologia da Justiça, e à Dra. Joana Cabral que cultivou em mim o gosto pela investigação.

À direção, e a todos os membros do Estabelecimento Prisional de Leiria, pelo acolhimento caloroso, disponibilidade e apoio. À Dra. Célia Baptista, sempre atenta para que não desmotivasse e pela transmissão de conhecimento tanto nas áreas pessoais como profissionais.

Às minhas companheiras de “crime” Carla Rodrigues, Beatriz Candeias e Cátia Rodrigues, pela entreaajuda, e por me proporcionarem autênticos momentos de descontração e diversão.

## Índice

<b>Parte A – Enquadramento teórico</b> .....	3
Capítulo I: Delinquência, Vinculação e Vitimação .....	4
1.1. Delinquência.....	5
1.1.1. Teoria das Atividades Rotineiras .....	8
1.1.2. Teoria do Vínculo Social de Hirschi.....	9
1.2. Vinculação.....	11
1.2.1. Modelo dos três fatores .....	15
1.2.2. Modelo dos quatro fatores .....	16
1.3. Vitimação .....	18
1.4. Delinquência, Vinculação e Vitimação: análise.....	20
<b>Parte B – Estudo Empírico</b> .....	25
Capítulo II: Análise dos processos de vitimação e padrões de vinculação entre a população delinquente .....	26
2.1. Método.....	27
2.1.1. Caracterização da Amostra .....	28
2.1.2. Instrumentos.....	30
2.1.3. Procedimento .....	32
3. Resultados.....	34
3.1. Análise interpretativa do padrão predominante de vinculação .....	34
3.2. Análise dos padrões de delinquência .....	35
3.3. Análise dos padrões de vitimação.....	37
4. Discussão de resultados .....	47
4.1. Discussão da análise do padrão predominante de vinculação .....	47
4.2. Discussão da análise dos padrões de delinquência .....	48
4.3. Discussão da análise dos padrões de vitimação.....	49
Conclusão .....	51
Referências .....	54
Anexos.....	61

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 2.1.</b> <i>Caracterização sociodemográfica dos participantes(n=64)</i> .....	29
<b>Tabela 3.1.</b> <i>Dimensões EVA e estilos de vinculação obtidos através de uma análise de clusters (n=64)</i> .....	34
<b>Tabela 3.2.</b> <i>Idade com que foi cometido o primeiro delito (n=64)</i> .....	35
<b>Tabela 3.3.</b> <i>Historial de percurso institucional judicial (n=64)</i> .....	35
<b>Tabela 3.4.</b> <i>Padrão de delinquência (n=64)</i> .....	36
<b>Tabela 3.5.</b> <i>Caracterização da(s) vítima(s)(n=51)</i> .....	38
<b>Tabela 3.6.</b> <i>Padrão de vitimação (n=51)</i> .....	39
<b>Tabela 3.7.</b> <i>Situações de vitimação consideradas mais graves pelos participantes (n=51)</i> .....	42
<b>Tabela 3.8.</b> <i>Características do meio/ambiente em que ocorreu situação de vitimação (n=51)</i> .....	44
<b>Tabela 3.9.</b> <i>Contextos em que ocorreram situações de vitimação (n=51)</i> .....	44
<b>Tabela 3.10.</b> <i>Características da situação de vitimação (n=51)</i> .....	45
<b>Tabela 3.11.</b> <i>Caracterização do(s) ofensor(es) (n=51)</i> .....	46

## **Introdução**

Ao falarmos de “crime” e “delinquência” não podemos deixar de mencionar a complexidade associada à definição destes termos, uma vez que se tratam de construtos sociais e como tal carecem de definição universal e transversal. Porém, existe concordância entre aquilo que distingue o sujeito que comete crime daquele que se abstém, o que nos permite de forma sucinta considerar que ocorre crime sempre que forem violadas normas definidas por leis, sendo estas construções sociais baseadas em códigos de conduta vigentes (Nunes, Ribeiro & Candeias, 2017).

Enquanto, a definição de crime pode ser sumarizada, o mesmo não ocorre relativamente à delinquência pois, não encontramos linearidade naquilo que torna um indivíduo em delinquente aos olhos da sociedade. Embora no estudo que se segue não seja pretendido dissecar toda a complexidade inerente ao fenómeno da delinquência, pretendemos compreender parte deste fenómeno para assim obtermos uma noção mais abrangente dos fatores que influenciam a delinquência e qual o impacto de cada um destes no quadro geral da delinquência.

De acordo com Chang, Chen e Brownson (2003) a literatura reconhece que comportamentos delinquentes tendem a associar-se a diversos fatores biopsicossociais, sendo a vitimação e a vinculação (e.g. conflitos familiares, controlo parental) identificados em vários estudos.

A vinculação e a qualidade das relações interpessoais surgem frequentemente como fatores de risco associados ao desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes (e.g. Hoeve, Stams, van der Put, Dubas, van der Laan & Gerris, 2012; Jennings & Reingle, 2012; Ogilvie, Newman, Todd, & Peck, 2014; Schreck & Fisher, 2004; Thompson & Bynum, 2010). Surge assim o interesse em avaliar os padrões de vinculação em indivíduos que transpõem a lei, numa tentativa de verificar se esta associação está presente numa amostra da população reclusa portuguesa. No entanto, é importante reforçar que nada pré-determina um comportamento a este nível, e que existe grande variância interpessoal devido à interação de múltiplos fatores.

Outro fator importante, mas relativamente pouco estudado, é o impacto da vitimação na delinquência. Loeber e colaboradores (2001) referem que a delinquência e a vitimação estão interligados e que com frequência se estimulam mutuamente. Efetivamente, associada a experiências recorrentes de vitimação estão ciclos de violência interpessoal,

incluindo a agressão sexual, agressão física e testemunho de violência nos contextos de intimidade ou na própria comunidade (Begle et al., 2011; Chang et al., 2003).

O facto de não existirem muitos estudos empíricos que se foquem nesta vertente da vitimação só serve para acrescer à urgência de conduzir investigação sobre esta perspectiva, para que assim seja possível desconstruir esta falsa dicotomização.

Ao obtermos uma compreensão mais abrangente sobre a delinquência, os diversos fenómenos a ela associados, e qual a interação entre diferentes fatores de risco, podem ser delineadas intervenções mais eficazes para combater não só a reincidência criminal como também a re-vitimação.

Neste sentido, o presente trabalho insere-se nestas linhas de investigação, e tem como objetivos gerais analisar os percursos de delinquência, caraterizar o fenómeno da vitimação em indivíduos com condutas delinquentes, e descrever os padrões predominantes de vinculação.

A organização deste trabalho é constituída por dois capítulos. O primeiro capítulo consiste no enquadramento teórico e o segundo capítulo apresenta o estudo empírico concretizado. No enquadramento teórico é feita uma revisão da literatura sobre delinquência, vinculação, vitimação, explorados conceitos base, e expostas algumas teorias explicativas dos fenómenos em causa, por fim é analisado o estado de arte sobre relações entre estes temas. Na parte referente ao estudo empírico será feito enfoque no método utilizado, no tratamento de dados e na apresentação de resultados, com subsequente discussão dos mesmos com base no enquadramento teórico.

## **Parte A**

---

### **Enquadramento teórico**

## **Capítulo I**

### **Delinquência, Vinculação e Vitimação**

## **1.1. Delinquência**

A procura de uma definição do conceito de delinquência pode ser frequentemente imprecisa, devido à grande quantidade de termos existentes, e ao facto de vários autores apresentarem definições imprecisas (Negreiros, 2001). De modo a evitar confusão e sobreposição de termos, serão de seguida expostas as diferenças entre: comportamento marginal, comportamento delinquente e comportamento antissocial.

Ainda que os comportamentos violentos, agressivos e delinquentes variem em intensidade e gravidade ao longo do ciclo de vida, existe consenso de que a emergência de condutas desviantes tem maior expressão entre o fim da infância e o início da adolescência, fase desenvolvimental demarcada por procura de individualidade (Benavente, 2002; Boutwell, Barnes, Deaton & Beaver, 2013; Braga & Gonçalves, 2013; Jennings & Reingle, 2012; Moffitt, 1993; Posick & Gould, 2015; Zheng & Cleveland, 2015). Os comportamentos marginais tendem a surgir neste período, frequentemente, como facilitadores de integração no grupo de pares e assim permitir ao jovem explorar novas realidades (Benavente, 2002; Gonçalves, 2008). Este fenómeno manifesta-se através de comportamentos e atitudes situados no limiar da tolerância social, sendo que, a maioria destes jovens estão integrados em movimentos de contracultura, em que existem práticas esporádicas de atos ilegais (Gonçalves, 2008).

Apesar de comportamento desviante não ser sinónimo de comportamento patológico, condutas demarcadas por comportamentos e atitudes antissociais apresentam grande potencial psicopatológico. Algumas das características de comportamentos antissociais são: dificuldade no cumprimento de regras sociais, baixa tolerância à frustração, e níveis elevados de impulsividade, agressividade e irritabilidade (Gonçalves, 2008). É estabelecido o quadro psicopatológico se acrescerem a estas características: incapacidade em tolerar regras sociais, uso repetido da mentira, estilos comportamentais demarcados por manipulação, exibição de dificuldade no cumprimento de regras, e desrespeito pela sua segurança e de outros (DSM-5, 2014; Gonçalves, 2008).

Embora o comportamento delinquente partilhe algumas características com as condutas antissociais (e.g., maior aptidão para passar ao ato, níveis mais elevados de agressividade, maior labilidade e indiferença afetiva e desrespeito por normas sociais) estas não se verificam com a mesma intensidade (Gonçalves, 2008). Para obter uma compreensão mais abrangente de delinquência torna-se necessário entender quais os processos cognitivos e emocionais associados à gestão de conduta, bem como, distorções

que possam surgir a estes níveis facilitando assim adoção de estilos de vida ou carreira criminal (Gonçalves, 2008).

Retomando o ponto de que a maioria das condutas delinquentes surge na adolescência, será de seguida explorada uma das teorias mais reconhecidas nesta área - a teoria de Moffitt (1993). Esta abordagem está assente numa perspetiva desenvolvimental dos comportamentos delinquentes, defendendo que estes se correlacionam negativamente com a idade, i.e., à medida que a idade aumenta os comportamentos de delinquência tendem a diminuir, surgindo assim uma distribuição em curva da relação idade-crime (Boutwell et al., 2013; Jennings & Reingle, 2012; Zheng & Cleveland, 2015).

A taxonomia de Moffitt propõe a existência de dois tipos de ofensores: os ofensores limitados à adolescência e os ofensores persistentes no tempo ou crónicos (Moffitt, 1993). Estudos sugerem que estes ofensores crónicos seriam responsáveis por cerca de metade de todas as ofensas registadas, devido à elevada frequência de perpetração destes indivíduos. Moffitt, refere que uma minoria de adolescentes nunca chega a cometer este tipo de atos, sendo estes designados como abstensores (Braga & Gonçalves, 2013; Boutwell et al., 2013; Jennings & Reingle, 2012; Moffitt, 1993; Zheng & Cleveland, 2015).

Os ofensores crónicos tendem a iniciar os comportamentos desviantes em idades muito precoces, frequentemente ainda na infância (Boutwell et al.2013). Estes comportamentos tendem a ser persistentes ao longo do seu percurso de vida, com correspondente acumulação de vários fatores de risco. Tendencialmente, estes indivíduos apresentam poucas ligações com a sociedade e indivíduos convencionais, o que se traduz numa maior improbabilidade de ocorrer um momento de mutação comportamental (Boutwell et al.2013; Jennings & Reingle, 2012; Moffitt, 1993).

Braga e Gonçalves (2013) comprovam que estes resultados ocorrem de igual forma no contexto português. Isto é, a maioria dos adolescentes incorre na prática de pelo menos um comportamento delinvente durante este período desenvolvimental, sendo os atos abertos os mais frequentes (e.g., agressão verbal ou física a outro, injúria, *bullying*), enquanto os comportamentos cobertos (e.g., furtos em lojas, uso ilegal de cartão de crédito ou cheque, furto de veículo ou objetos) e atos mais graves (e.g., roubo, violação/abuso sexual) tendem a apresentar valores mais reduzidos e são praticados por um número minoritário de sujeitos.

Conclui-se então que apenas um número restrito de adolescentes passa à prática de comportamentos de elevada gravidade, verificando-se uma relação tendencialmente negativa entre a frequência e a gravidade de comportamentos. Porém, deve ser tido em consideração o potencial que alguns comportamentos indicam, pois, apesar da maioria dos jovens terem comportamentos não-violentos, com o passar do tempo e pela internalização positiva destes atos, o grau de violência e a gravidade dos atos pode aumentar (Boutwell et al., 2013; Moffitt, 1993; Zheng & Cleveland, 2015).

Moffitt (1993) alerta ainda para o efeito cumulativo das consequências dos atos criminais, em que, na eventualidade de um registo criminal precoce, ou da existência de “rótulos” sociais prévios, as oportunidades de sucesso na idade adulta podem tornar-se mais limitadas e promover assim a continuidade de comportamentos antissociais (Boutwell et al, 2013; Braga & Gonçalves, 2013).

Para que seja possível o desenvolvimento de estratégias de prevenção eficazes, é fundamental conhecer a extensão destes comportamentos desviantes e quais as características destas condutas e dos próprios indivíduos. Alguns dos indicadores mais referenciados da delinquência são a prevalência, frequência e relação com variáveis demográficas (Braga & Gonçalves, 2013). A literatura identifica que comportamentos delinquentes tendem a associar-se a diversos fatores biopsicossociais, incluindo, sexo, etnia, estatuto socioeconómico, desempenho académico, vitimação, conflitos familiares, vinculação, controlo parental, autoestima e competências de autocontrolo, consumo de drogas e álcool, atividades rotineiras, entre outros fatores que incluem a influência de pares e acontecimentos de vida stressantes (Chang et al., 2003).

De seguida será exposto o racional teórico de duas correntes explicativas do comportamento delinvente, a Teoria das Atividades Rotineiras explorada por Cohen e Felson e a Teoria do Vínculo Social desenvolvida por Hirschi.

### 1.1.1. Teoria das Atividades Rotineiras

Cohen e Felson (1979) defendem que a prática de atos criminais não se deve somente à motivação do indivíduo para passar ao ato, nem depende das condições socioeconômicas deste, mas devido à convergência de três aspetos fundamentais:

- i) Presença de um delinquente potencial, i.e., todo aquele indivíduo que apresentar motivação suficiente para passar ao ato, podendo este ser aquele que cede momentaneamente a uma “tentação particularmente forte” ou um delinquente crónico;
- ii) Existência de alvos disponíveis e de interesse, sendo o interesse relativo ao seu valor, visibilidade e acessibilidade;
- iii) Ausência de meios de vigilância e proteção.

O fator proximidade assume também relevância nesta teoria, sendo que tudo aquilo que aproxima o ofensor da potencial vítima, aumenta do risco de vitimação (Antunes & Ahlin, 2017; Cusson, 2007; Gottfredson, 1984). A representatividade deste fator é demonstrada pela existência de “*hot spots*”, locais que devido à sua configuração (e.g. meios de vigilância e proteção reduzidos ou inexistentes) atraem potenciais ofensores, e que também são frequentados pelas potenciais vítimas (Gonçalves, 2008; Gottfredson, 1984).

Em suma, esta teoria assenta no princípio da oportunidade, i.e., para que o crime ocorra é necessária a convergência espaço-temporal de um indivíduo motivado a cometer um crime, uma potencial vítima e ausência de meios de proteção e vigilância. Contudo, Haas & Cusson (2015) defendem que a violência não é apenas a mera consequência da exposição a situações de oportunidade.

### **1.1.2. Teoria do Vínculo Social de Hirschi**

A teoria do vínculo social assenta no princípio de que a criminalidade é uma tendência natural no ser humano, e assim, todo o indivíduo tem potencial para encetar em condutas desviantes, sendo a expressão destas dependente de variáveis como a qualidade dos vínculos sociais e o grau de conformidade com as normas sociais vigentes.

Hirschi assume que na presença de vínculos fortes com elementos normativos da sociedade a predisposição para condutas delituosas diminui. Logo, a base destes comportamentos não assenta na variação de características intrínsecas do sujeito, mas sim numa maior ou menor consolidação com sociedade normativa (Nunes & Trindade, 2015; Thompson & Bynum, 2010).

Um ponto fulcral nesta abordagem teórica refere-se aos elementos que afetam o processo de formação e consolidação de laços sociais, direta ou indiretamente, e o impacto que estes têm nos comportamentos futuros do indivíduo (Bouffard & Rice, 2011; Nunes & Trindade, 2015; Thompson & Bynum, 2010). Este processo de criação e preservação de laços sociais compreende quatro principais mecanismos:

- (i) Vinculação, alusivo ao estabelecimento de vínculos afetivos com outros indivíduos. A qualidade deste vínculo vai influenciar o desenvolvimento cognitivo e emocional da pessoa, e conseqüentemente da sua maior ou menor capacidade empática. Crianças com fortes laços emocionais familiares e ao respetivo sistema de valores, terão menor propensão em desenvolver comportamentos que comprometam essas relações. As relações externas à família demonstram-se fundamentais para aquisição e internalização de normas sociais;
- (ii) Compromisso, intrinsecamente relacionado com variáveis de motivação, realização e sucesso. Sujeitos que apresentem níveis superiores de compromisso com objetivos culturalmente aceites dispõem de mais meios para fazer uma reflexão de perdas e ganhos ao enveredar em comportamentos delinquentes. Indivíduos com maior comprometimento social consideram mais facilmente o risco associado ao envolvimento em comportamentos delinquentes;
- (iii) O envolvimento individual em atividades socialmente valorizadas apresenta uma forte relação com o mecanismo anterior, pois, quanto maior o investimento nestas atividades, maior o nível de compromisso estabelecido

com as normas, o que acaba por reduzir a probabilidade de manifestações delituosas;

- (iv) E por fim, as crenças, que sugere uma associação positiva entre o grau de associação e interiorização dos valores convencionais, e a consolidação de crenças e valores considerados normativos pela sociedade. Este último mecanismo é um dos elementos com maior potencial protetor.

Processos desenvolvimentais demarcados por vínculos sociais fracos, resultam numa fragilização progressiva destes mecanismos, e maior aversão em seguir as normas convencionais, o que por sua vez acresce à probabilidade de surgirem trajetórias desviantes (Nunes & Trindade, 2015; Thompson & Bynum, 2010).

Em suma, os sujeitos interiorizam através de processos de socialização normas sociais, reguladoras do comportamento. Na ausência de vínculos fortes a potencialidade para desenvolver comportamentos desviantes é maior, uma vez que a influência do controlo social informal é menor (Bouffard & Rice, 2011; Nunes & Trindade, 2015; Thompson & Bynum, 2010).

## 1.2. Vinculação

Podemos afirmar que, atualmente, quando é feita menção à teoria da vinculação, os trabalhos desenvolvidos por John Bowlby e Mary Ainsworth são imediatamente associados a esta, contudo esta conexão nem sempre foi tão direta ou óbvia. Previamente aos contributos destes dois autores, autores psicanalistas e comportamentais desenvolveram teorias explicativas das relações estabelecidas na infância entre a criança e o seu cuidador primário (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958; Bretherton, 1992; Calabrese, Farber & Westen, 2005).

Nas abordagens psicanalíticas era utilizado o termo “relação de objeto” para descrever a ligação que a criança estabelece com um objeto externo (outra pessoa), e a representação mental que tem deste a nível de expectativas de responsividade das suas necessidades básicas (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958; Calabrese, Farber & Westen, 2005). Segundo estes autores, respostas de ansiedade de separação, choro e procura do objeto eram associadas a um momento de tensão em que as necessidades básicas corporais da criança não eram satisfeitas (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958). Porém, já nestas abordagens existia concordância de que esta relação se mantinha ao longo do ciclo de vida do indivíduo, e servia de protótipo para relações afetivas futuras (Ainsworth, 1969; Bartholomew & Horowitz, 1991; Bowlby, 1958). Em suma, defendiam o estabelecimento de uma relação de simbiose nos primeiros anos de vida que preservava e assegurava a satisfação de necessidades primárias de sobrevivência.

De seguida surge o termo “dependência” com forte cunho das teorias de aprendizagem social (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958). Estas teorias assentam no mesmo princípio das psicanalíticas ao conceber que esta relação é estabelecida pela dependência que a criança tem dos seus cuidadores primários (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958). Estes definem a dependência sobre duas perspetivas:

- (i) Dependência como pulsão adquirida, em que a criança depende de outros para gratificação de necessidades fisiológicas básicas, reduzindo assim as suas pulsões primárias;
- (ii) Dependência como comportamento, no qual são adquiridos comportamentos – através da interação com os cuidadores primários –, e reforçados ao longo do tempo pelos cuidados prestados e pelas interações a longo termo.

Sendo o termo “dependência” sinonimo de imaturidade, e antónimo de independência, esta abordagem assenta em princípios extremos de dicotomização. A partir deste paradoxo reconhece-se que esta dimensão bipolar entre dependência e independência não explica a complexidade das relações afetivas estabelecidas na infância nem como estas afetam o estabelecimento de relações futuras (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958). Apesar destas falhas, as abordagens comportamentais providenciaram índices comportamentais de etapas significativas para o desenvolvimento de relações interpessoais na infância (Ainsworth, 1969).

Nos seus estudos, Bowlby (1958), pretendia usar um termo livre das conotações teóricas acumuladas pelas abordagens psicanalíticas e de aprendizagem social, disseminando assim o termo vinculação, do campo da Etiologia, para a área da Psicologia (Ainsworth, 1969; Bretherton, 1999).

Esta abordagem tem em consideração fundamentos biológicos, compreendidos através do contexto evolucionário (Bowlby, 1958; Bretherton, 1992; Bretherton, 1999). Este supõe que à nascença o ser humano é dotado de um repertório de sistemas comportamentais, em que através da interação com os cuidadores primários ocorre redução do risco de insatisfação de necessidades fisiológicas básicas durante os períodos de imaturidade infantil, e em simultâneo, promovem proximidade ao cuidador. De facto, entre espécies, os comportamentos de vinculação em conjunção com os cuidados parentais recíprocos, tendem a ser o sistema comportamental mais estável (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958).

Apesar de referir que estes sistemas comportamentais são ingénitos, complementa com o facto do que aquilo que é herdado é o potencial para desenvolver condutas, e não comportamentos em particular (Bowlby, 1958). Portanto, a aprendizagem e desenvolvimento dos comportamentos de vinculação vai depender do grau de responsividade do cuidador primário e do próprio meio social (Ainsworth, 1969; Bowlby, 1958).

Como qualquer sistema comportamental, existe variação em intensidade e por isso, este não pode ser considerado somente como uma cadeia fixa de ação-resposta. A estrutura comportamental global é organizada como um plano com objetivos específicos, no qual as emoções providenciam um serviço de monitorização importante, fundamental

no processamento de informação que vai orientar comportamentos posteriores (Ainsworth, 1969; Ainsworth, 1989; Bowlby, 1958; Calabrese, Farber & Westen, 2005).

Acrescendo o facto de a infância humana é bastante prolongada no tempo, em comparação com outras espécies, significa que para além dos comportamentos de vinculação, exista no código genético uma predisposição para que a criança esteja interessada em aprender as características do meio em que está inserida, e deste modo aventurar-se a explorar (Ainsworth, 1989; Ainsworth, 1970; Bretherton, 1999; Cooper, Shaver & Collins, 1998).

Enquanto os comportamentos de vinculação permitem promover proximidade, sentido de proteção e carinho que figura prestadora de cuidados primários presta, os comportamentos exploratórios promovem a exploração e aquisição de conhecimento das propriedades do seu ambiente físico e social. Nesta perspetiva, os comportamentos exploratórios demonstram-se igualmente significativos de um ponto de vista evolucionário (Ainsworth, 1989; Ainsworth, 1970; Bretherton, 1992; Bretherton, 1999).

Conforme os períodos de exploração aumentam, a proximidade do cuidador primário decresce, sendo que em situações potencialmente ameaçadoras ou alarmantes a procura reaproximar-se do cuidador primário. Apesar de menor proximidade física, o vínculo afetivo mantém-se (Ainsworth, 1989; Ainsworth, 1970; Bretherton, 1992).

Com os avanços cognitivos a criança vai estabelecendo com os seus cuidadores uma parceria orientada para determinados objetivos, conseguindo deste modo uma comunicação mais eficaz dos planos e vontades de cada uma das partes e assim facilitar processos de negociação de planos mutuamente aceites (Ainsworth, 1989; Bretherton, 1992; Bretherton, 1999; Collins & Read, 1990). Confiança na estabilidade desta compreensão mútua é incorporada em esquemas cognitivos da criança referentes à relação que esta tem com os seus cuidadores, permitindo assim que este tolere melhor a separação por períodos de tempo cada vez mais longos e com níveis de stress mais reduzidos (Ainsworth, 1989; Bretherton, 1992).

Estes esquemas cognitivos inserem-se nos modelos internos dinâmicos, que se caracterizam como sendo uma representação interna do próprio indivíduo e do meio em que este se insere. Estes modelos tendem a ser relativamente estáveis ao longo do curso de vida da pessoa (Bretherton, 1999; Calabrese, Farber & Westen, 2005; Collins & Read, 1990; Cooper, Shaver & Collins, 1998).

Na adolescência, o sujeito inicia a procura de uma parceria com pares da sua idade, frequentemente do sexo oposto. Nesta fase tende a ocorrer uma interligação entre os sistemas comportamentais reprodutivos, de prestação de cuidados e de vinculação (Ainsworth, 1989; Ainsworth, 1970; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Freeman & Brown, 2001; Friedlmeier & Granqvist, 2006).

Estudos desenvolvidos por Hazan & Shaver (1987) referem que os padrões de vinculação estabelecidos na infância estão diretamente associados aos padrões de vinculação do adulto com o par romântico. Esta abordagem considera a polarização das emoções (positiva e negativa), e como esta poderá orientar a incorporação de expectativas nos modelos internos dinâmicos, a partir destes protótipos é assegurada a continuidade entre emoções e comportamentos da infância à idade adulta (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bretherton, 1999; Calabrese, Farber & Westen, 2005; Canavarro, 1999; Collins & Read, 1990; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Friedlmeier & Granqvist, 2006; Lemelin, Lussier, Sabourin, Brassard & Naud, 2014).

Na idade adulta apesar de ser estabelecido um sentido de autonomia dos cuidadores primários, tal não implica que a relação de vinculação tenha desaparecido. A maioria dos adultos mantém uma associação significativa com as figuras de vinculação primárias, e apesar do distanciamento físico destas o vínculo continua a influenciar a organização dos modelos internos dinâmicos individuais (Ainsworth, 1970; Freeman & Brown, 2001; Johnson, Giordano, Longmore & Manning, 2016).

Portanto, os modelos internos dinâmicos estão diretamente associados ao padrão de vinculação, o que acaba por afetar o estilo comportamental do indivíduo, condicionando assim a qualidade das relações interpessoais estabelecidas ao longo do seu ciclo de vida.

### 1.2.1. Modelo dos três fatores

Ainsworth realizou uma série de estudos ao longo dos anos – estudos de infância no Uganda (1963-1967), projeto de Baltimore (1963) e experiência de Situação Estranha (1969) – onde concluiu que uma relação de vinculação com uma base segura permitia à criança explorar o mundo à sua volta (citado por Bretherton, 1992; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Follan & Minnis, 2009).

Através dos resultados obtidos nestes diferentes projetos, a autora definiu três padrões de vinculação:

- (i) Padrão seguro, caracterizado por uma relação calorosa, íntima e continuada, onde a figura parental satisfaz as necessidades primárias da criança, permitindo um equilíbrio entre comportamentos de exploração e de vinculação;
- (ii) Padrão inseguro ansioso, demarcado por relações onde a figura de vinculação principal tanto satisfaz as necessidades da criança como as ignora, traduzindo-se numa supra valorização dos comportamentos de vinculação, e simultaneamente no desinvestimento de comportamentos exploratórios;
- (iii) Padrão inseguro evitante, determinado por pouca sensibilidade e responsividade da figura parental às necessidades da criança, resultando em comportamentos confusos e desorientados, com baixo investimento de comportamentos de vinculação e de exploração (Bretherton, 1992; Collins & Read, 1990; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Follan & Minnis, 2002).

Para além destes padrões também determinou uma relação forte entre a sensibilidade da figura parental às necessidades da criança e ao tipo de relação vinculativa estabelecida entre estes; a autora enfatiza a importância de comportamentos significativos no contexto ao invés da frequência de comportamentos específicos da parte das figuras parentais (Ainsworth, 1969; Bretherton, 1992).

Assim, compreende-se que a relação de vinculação pode ser classificada como a primeira relação social das crianças, e até atingir a maturidade a relação estabelecida com estas figuras prestadoras de cuidados primários tem grande peso no desenvolvimento comportamental e cognitivo individual (Allen et. al, 2002; Bretherton, 1992; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Jennings & Reingle, 2012).

### 1.2.2. Modelo dos quatro fatores

Tendo em consideração os contributos fornecidos pelos estudos de Ainsworth, verificou-se a existência de três principais padrões de vinculação. Bartholomew e Horowitz (1991) consideram estas evidências e acrescentam um novo padrão. Estes autores ao combinarem as possibilidades dicotômicas dos modelos internos dinâmicos (níveis de autoimagem e percepção dos outros) sugerem quatro possíveis combinações, nos quais o indivíduo pode aproximar-se em diferentes graus:

- (i) Padrão seguro, em que o indivíduo demonstra sentido de valor próprio e expectativas positivas da responsividade e aceitação de outros;
- (ii) Padrão ansioso, apresenta níveis negativos de autoimagem, e expectativas positivas referentes à capacidade dos outros de colmatarem as suas necessidades;
- (iii) Padrão evitante receoso, tende a desenvolver expectativas negativas de si e dos outros, mantendo dessa forma uma postura de evitamento social, demarcado por falta de assertividade;
- (iv) Padrão evitante desligado, manifesta níveis positivos de autoestima, no entanto tem expectativas negativas dos outros, o que leva ao evitamento de proximidade, desconsiderando assim a importância de relações de intimidade e a possibilidade de co-dependência (Cf. Figura 1).

**Figura 1.**

Modelo de Vinculação do Adulto de Bartholomew e Horowitz (adaptado de Bartholomew & Horowitz, 1991).

		Modelo do Self	
		(Dependência)	
		Positivo (Baixo)	Negativo (Alto)
Modelos de Outros (Evitamento)	Positivo (Baixo)	<p><b>Padrão Seguro</b> Confortável com intimidade Autónomo</p>	<p><b>Padrão Ansioso</b> Grande preocupação com relacionamentos interpessoais</p>
	Negativo (Alto)	<p><b>Padrão Evitante Desligado</b> Desconsideração de intimidade</p>	<p><b>Padrão Evitante Receoso</b> Receio de intimidade Evitamento social</p>

De acordo com estes autores, comprova-se que a qualidade do padrão de vinculação estabelecido na infância se prolonga na idade adulta, servindo assim de protótipo para os princípios emocionais e comportamentais do próprio e a percepção que tem dos outros.

Tendo em conta o cumulo teórico previamente exposto, consideramos que, a teoria da vinculação assenta no ideal de que nas fases iniciais da vida social da criança, esta depende das figuras parentais para a orientarem no tempo e no espaço, fornecerem um ambiente seguro à exploração e permitir a satisfação de uns impulsos e a restrição de outros (Ainsworth, 1969; Allen et al., 2002; Bretherton, 1992;). À medida que se vai inserindo em mais contextos sociais a criança começa a transferir algumas funções de vinculação para os seus pares, par romântico e para o próprio. Estes processos de transmissão intergeracional de vinculação caracterizam-se como sendo lentos, subtis e continuados ao longo do ciclo vital (Bretherton, 1992).

Posto isto, concluimos que o termo vinculação compreende o laço afetivo, prolongado no tempo, que uma pessoa forma com outro indivíduo específico, transversal ao longo do ciclo de vida humano.

### 1.3. Vitimação

De modo a expandir a nossa compreensão sobre o conceito de vitimação devemos primeiro considerar que a complexidade desta noção, por se tratar de uma experiência pessoal, subjetiva e relativa (Braga & Gonçalves, 2013). Este conceito apresenta uma conotação negativa, transmitindo a ideia de um acontecimento negativo do qual podem surgir consequências indesejáveis (e.g. físicas, financeiras, psicológicas/emocionais), perpetrado por força externa, individual ou grupal (Pina, 2016).

Tal como o termo “criminoso” não passa de um construto social, o conceito de “vítima” deve ser considerado da mesma forma, uma vez que estes rótulos são atribuídos por órgãos de justiça criminal, e existe uma tendência inconsciente para associar uma imagem pré-concebida a determinados grupos de indivíduos. Christie (1986, citado por Van Wijk, 2013) descreve uma série de estereótipos associados à “vítima ideal” (e.g. vítima é mais frágil que o ofensor, vítima não tem envolvimento na ocorrência do crime, sem relação prévia com o ofensor, o ofensor é alguém intrinsecamente mau), arguindo que quando estes atributos se reúnem num indivíduo vitimado, é atribuído ao mesmo, de forma legítima e inequívoca, o estatuto de vítima. Com base nestas ideias, devemos questionar-nos até que ponto estes estereótipos estão enraizados no sistema judicial teórico, ideológico e prático.

Dentro do campo científico da criminologia existe uma tendência para a bifocalização de estudos, i.e., os criminólogos tendem a focar a sua atenção exclusivamente na vítima ou no criminoso. Meier e Miethe (1993) afirmam que o objetivo da criminologia não deve cingir-se à formulação de teorias de vitimação ou de delinquência, mas sim ao desenvolvimento de perspetivas teóricas integradoras desta possível sobreposição.

Alguns dos percursos desta perspetiva integradora foram Von Hentig (1940) que considera a existência de atividades partilhadas entre vítimas e perpetradores, Thornberry e Figlio (1974), que através de medidas de autorrelato concluem que a maioria dos delinquentes reportam situações de vitimação, e Mendelsohn (1956, citado por Zaykowski & Campagna, 2014) que ao estudar as dinâmicas entre vítimas e ofensores desenvolve uma classificação em categorias relativamente ao grau de envolvimento da vítima no crime, distinguida entre vítimas sem envolvimento, parcialmente responsáveis e culpadas.

De acordo com Cusson (2007) a vitimação é um fenómeno generalizado, podendo atingir qualquer um, no entanto, Gottfredson (1981) defende que a vitimação não se distribui de igual forma pela população, dando especial relevância à ideia de exposição ao risco.

Embora devam ser evitadas generalizações, a literatura demonstra que indivíduos que frequentam mais locais públicos durante a noite, passam pouco tempo em família e estão em contacto com indivíduos com perfil sociodemográfico delinvente estão mais expostos a situações de violência (Cusson, 2007).

Miers (2000) estabelece que uma das respostas comportamentais que podem surgir após uma situação de vitimação, não restrita a um tipo específico de ofensa, é a de retaliação direta contra o ofensor ou suspeito ofensor, e que apesar desta ser uma resposta menos frequente serve para reforçar a ineficácia de dicotomizar ofensores e vítimas.

Apesar de algumas das perspetivas precursoras servirem de fundamento às teorias de crime precipitado pela vítima (i.e., corrente teórica que fundamenta a vitimação como sendo consequência, parcial ou total, dos comportamentos da vítima), não podemos ignorar que estes estudos foram pioneiros para atentarmos à possibilidade de sobreposição entre vítima e ofensor, relação evidenciada por vários estudos, analisados na parte final deste enquadramento teórico.

#### **1.4. Delinquência, Vinculação e Vitimação: análise**

O interesse em aprofundar conhecimentos nos temas da delinquência e vinculação surge como um reencontro aos estudos originais de Bowlby, em que este observava crianças com problemas a nível afetivo e comportamental (e.g., propícios a furtos ou roubos), concluindo que na maioria dos casos estes comportamentos tinham uma forte relação com históricos de privação ou separação maternal (Bretherton, 1992; Cooper, Shaver & Collins, 1998; Follan & Minnis, 2009).

Allen e colaboradores (2002) defendem que adolescentes com relações de vinculação insegura podem ingressar em condutas delinquentes por dois objetivos: obter maior atenção parental e intensificar as interações com os mesmos; ou como uma tentativa de adquirir controlo e satisfação a nível pessoal. A qualidade das relações de vinculação estabelecidas na infância e adolescência estão fortemente associadas ao desenvolvimento psicossocial individual, cujas repercussões, por norma, se estendem ao longo da vida adulta do sujeito; ao enveredarem por condutas agressivas, e persistirem nestas, estes indivíduos asseguram a sua disfuncionalidade a longo prazo.

A existência de uma associação consistente entre indicadores de vinculação e comportamento violento tem sido continuamente reforçada (Savage, 2014). Existe concordância de que padrões de vinculação segura permitem ao indivíduo adquirir mais competências sociais e maior facilidade no reconhecimento de pistas emocionais. Em contraste, jovens com um estilo de vinculação inseguro, tendem a interpretações erróneas de comportamentos e de pistas emocionais, podendo resultar em distorções cognitivas e expectativas negativas em relação a outros (Allen et al., 2002; Jennings & Reingle, 2012). Vries e colaboradores (2016), corroboram esta hipótese, demonstrando que a relação entre estilos de vinculação insegura e comportamento delinvente, é mediada por fatores individuais (e.g. distorções cognitivas) e fatores sociais (e.g. associação a pares delinquentes e baixa monitorização parental).

A partir de uma meta-análise, Ogilvie e colaboradores (2014), defendem que os ofensores tendem a apresentar níveis ligeiramente superiores de ansiedade e evitamento, e níveis inferiores de segurança, nas relações de vinculação reforçando assim a possibilidade de associação entre vinculação insegura e criminalidade.

A literatura tem vindo a reforçar também a associação positiva entre padrões de vinculação insegura com problemas de internalização e externalização (e.g. agressividade

e atividades disruptivas), bem como problemas a nível de funcionalidade familiar e com os pares (Elgar, Knight, Worrall & Sherman, 2003; Pace & Zappulla, 2011). Jovens que percebem a sua relação com as figuras parentais como negativas (e.g. alienação parental, falta de comunicação e de confiança), demonstram maior probabilidade para quebrar regras e ingressar em comportamentos agressivos e delinquentes (Buist et al., 2004).

Também temos de ter em consideração que por vezes, indivíduos que exibem comportamentos antissociais podem provir de famílias com funcionamentos disruptivos, facilitando assim a associação a outros indivíduos com comportamentos desviantes (Cusson, 2007). Ou seja, é mais provável enveredar pela delinquência quando se descende de um meio negligente, de baixo nível socioeconómico e de pais com tendências antissociais (Jennings & Reingle, 2012; Thompson & Bynum, 2010).

Antunes & Ahlin (2017) defendem que práticas disciplinares demasiado rigorosas, conflitos familiares, e violência familiar acrescem ao risco de exposição a violência comunitária, pois aumenta a probabilidade destes jovens se associarem a pares com padrões de conduta desviante, como forma de refúgio, o que por sua vez aumenta a exposição ao risco de serem alvos de crime.

De igual forma, Hoeve e colaboradores (2012), assumem a qualidade das relações de vinculação do sujeito às figuras parentais, o controlo parental exercido na infância e adolescência e o tipo de disciplina parental, como os preditores mais relevantes de conduta delinvente, reforçando assim os resultados de estudos prévios. Portanto, famílias pouco estruturadas e com baixo controlo parental facilitam ingresso em condutas delinquentes (Schreck, Stewart & Fisher, 2006), do mesmo modo que afiliação a pares delinquentes sugere maior exposição a ofensores motivados, o que exacerba consideravelmente o risco de exposição a violência (Schreck & Fisher, 2004).

Alguns estudos têm demonstrado que a violência pode ser vista como uma estratégia comportamental habitualmente usada em meios mais violentos, como forma de integrações nestas subculturas, podendo por vezes até ajudar a sobreviver a estes contextos; outros sugerem que a agressão pode por vezes surgir motivada pelo medo, i.e., torna-se uma resposta reativa de proteção (Häufle & Wolter, 2015; Ireland, 2004; Loeber, Kalb & Huizinga, 2001)

Agnew (2002) considera que o facto de serem vítimas poderá incitar no indivíduo uma vontade de retaliação o que pode resultar na aderência a condutas delinquentes ou reincidência nas mesmas. A delinquência associada a estes contextos, tende a assumir-se como um mecanismo de *coping* para lidar com emoções negativas, sentimentos de frustração ou retomar o sentido de controlo sobre as situações (Agnew, 2002; Allen et al., 2002). Em alternativa, a vitimação pode aumentar a probabilidade de ingressar em condutas delinquentes por fornecer ao indivíduo exposição a modelos criminais, o que acaba por reforçar e justificar de certo modo o uso de violência. Hay e Evans (2006) confirmam a associação positiva entre situações de vitimação prévia e comportamento delincente futuro.

Chang e colaboradores (2003) consideram que os fatores de risco apontados para uma maior vitimação em contextos de delinquência incluem: a participação em gangs e/ou rixas, posse de arma, praticar atos altamente violentos, venda, posse ou consumo de estupefacientes e associação a pares delinquentes (Goldstein, 1986; Schreck, 1999).

Com efeito, jovens com mais experiências de vitimação parecem estar mais predispostos a encetar em comportamentos de risco elevado (e.g., consumo de drogas) (Begle et al., 2011). Em contraste, adolescentes com mais comportamentos de risco também apresentam uma maior tendência para experienciar situações de vitimação (Loeber et al., 2001). Logo, adolescentes que aderem a comportamentos de delinquência parecem estar mais vulneráveis às experiências de vitimação, devido à sua associação com estilos de vida criminosos e desviantes e a uma maior exposição a situações potencialmente perigosas e violentas.

Indivíduos inseridos em meios de delinquência tendem a ser sobrevivitizados (Schreck, 1999), uma vez que os fatores proximidade e vulnerabilidade são superiores aos de indivíduos que não se insiram no meio criminal (Cusson, 2007). O envolvimento destes em trajetórias de delinquência faz com que frequentemente lhes seja negado o estatuto de vítima, não sintam confiança em recorrer aos órgãos de justiça (e.g. possibilidade acrescida de vitimação terciária), acabando assim por contribuir para o volume das cifras negras da justiça.

As semelhanças entre vítimas e ofensores têm vindo a ser reportadas e sustentadas por vários estudos, comprovando assim a existência de sobreposição entre ofensor e vítima (McKillop, Brown, Johnson, Smallbone & Ogilvie, 2017). Segundo, TenEyck e

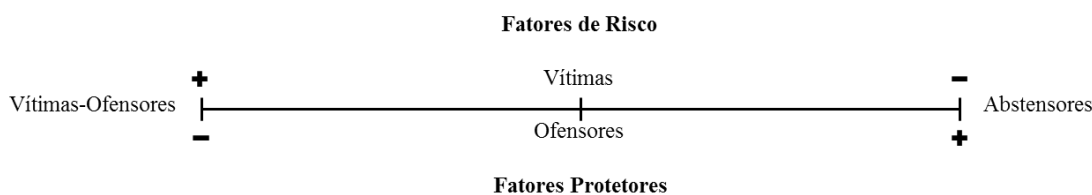
Barnes (2017) os ofensores, comparativamente com não ofensores, tendem a ser mais agressivos, impulsivos e procuram mais experiências de risco, apresentando por norma mais comportamentos de risco e de marginalidade, bem com níveis de autoestima inferiores.

Estudos sugerem a existência de fatores de risco e protetores que explicam a sobreposição vítima-ofensor, contudo alertam que nem todos os fatores de risco assumem causalidade linear, sendo que alguns são circunspectos à categoria de vítima e outros à de ofensor (Jennings, Piquero & Reingle, 2012). Shaffer e Ruback (2002) referem que a vitimação violenta é um fator de risco importante para subsequente criminalidade violenta, sendo que delinquência e vitimação violenta partilham vários fatores de risco (McKillop et al., 2017).

TenEyck e Barnes (2017) conceptualizam os preditores de vitimização e delinquência como um espectro de risco, em que as vítimas-ofensores se situam num extremo do espectro com a presença de vários fatores de risco, os abstensores no extremo oposto com mais fatores protetores do que de risco, e algures no meio situam-se aqueles que se classificam apenas como ofensores ou como vítimas. O que difere a categoria vítimas-ofensores, das restantes é o grau de risco ao qual estes são expostos (Cf. Figura 2).

**Figura 2.**

Espectro de Risco dos Preditores de Vitimação e Delinquência (com base no estudo de TenEyck & Barnes, 2017).



Portanto, indivíduos que praticam atos de delinquência e são vítimas de algum tipo de crime tendem a uma maior exposição a fatores de risco, no entanto esta não é uma relação que possa ser generalizada a todos estes indivíduos (TenEyck & Barnes, 2017). Mulford e colaboradores (2016), demonstram uma associação robusta entre experiências de vitimação e envolvimento em atividade criminal, referindo que o envolvimento em atividades de risco é fundamental para a sobreposição vítima-ofensor. Manasse e Ganem (2009), reafirmam a possibilidade de que condutas criminais precedem e aumentam o risco de vitimação, bem como confirmam que a vitimação pode motivar envolvimento criminal.

Num estudo conduzido por Häufle e Wolter (2015), estes demonstram, em jovens ofensores institucionalizados, que a dicotomização entre perpetrador e vítima é na maioria dos casos fictícia, sendo que cerca de 65% dos jovens reporta ser vítima enquanto assume comportamentos de bullying, o que vai de encontro com os resultados de Ireland e Ireland (2008) com população reclusa, em que 70% da amostra assume pertencer ao grupo de ofensor-vítima.

Hay e Evans (2006) referem que os efeitos da vitimação na delinquência são parcialmente mediados pela forma como são processadas as emoções, o que por sua vez é mediado pelo padrão de vinculação que o indivíduo estabelece na infância e adolescência.

Em suma, a existência perpétua de um ciclo de violência que gera mais violência, tanto sofrida como perpetrada, parece fortalecer a possibilidade de sobreposição ofensor-vítima, elucidando-nos assim para a necessidade de extinguir uma divisão dicotômica entre agressores e vítimas.

## **Parte B**

---

### **Estudo Empírico**

## **Capítulo II**

### **Análise dos processos de vitimação e padrões de vinculação entre a população delincente**

## 2.1. Método

O presente estudo segue um desenho observacional, descritivo, retrospectivo e transversal, baseado na técnica do questionário, com todas as limitações inerentes a uma análise baseada no autorrelato.

Tendo em conta a complexidade dos fenómenos em estudo, foram adotados em regime de complementaridade métodos qualitativos e quantitativos. Esta triangulação intermétodos surge com o intuito de obter uma análise mais minuciosa dos dados recolhidos, e não com a pretensão de estabelecer relações causais diretas ou imediatas.

Assim, esta investigação tem com o objetivo geral caracterizar o fenómeno da vitimação em indivíduos com condutas delinquentes. De forma mais específica procurar-se-á:

- (i) Identificar o padrão de vinculação predominante nestes indivíduos;
- (ii) Recolher informação sobre as experiências de vitimação vividas de forma a identificar a presença de um eventual padrão de vitimação na população em análise;
- (iii) Captar a perceção dos inquiridos a respeito da vivência de tais situações;
- (iv) Procurar a eventual ligação entre a vivência de situações de vitimação e o estilo de vida desviante dos sujeitos.

### **2.1.1. Caracterização da Amostra**

Previamente à seleção da amostra foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: indivíduos com mais de 18 anos que apresentassem historial de comportamentos delinquentes e que se encontrassem a cumprir pena de prisão no Estabelecimento Prisional de Leiria, quer como condenados, quer como preventivos.

Como critério de exclusão foi estipulado que os indivíduos cujo cumprimento de pena decorresse somente por crimes estradais não fariam parte da amostra, uma vez que na maioria destes casos o percurso de delinquência é inconsistente ou a pena retrata situações pontuais sem envolvimento em outras atividades delituosas.

Foi reunida uma amostra inicial de 65 participantes, sendo excluído um dos sujeitos por não responder a questões fundamentais para os objetivos da investigação. Deste modo, o presente estudo é constituído por uma amostra de conveniência, com uma dimensão de 64 participantes do sexo masculino, com uma idade média de 37,56 anos (DP = 10,59), variando entre os 23 e 61 anos. De acordo com a distribuição intervalar, relativa à idade dos participantes, o intervalo mais frequente é dos 28 aos 32 anos, e o menos frequente dos 58 aos 62 anos de idade (Cf. Tabela 2.1.).

Relativamente ao estado civil dos participantes 38,7% é solteiro, 37,1% casado ou vive em união de facto, 22,6% separado ou divorciado e apenas 1,6% assume manter outro tipo de relação amorosa (Cf. Tabela 2.1.).

Quanto ao nível de escolaridade, verifica-se que 36,5% dos indivíduos concluiu o ensino unificado, 28,6% o ensino secundário, 19% o ensino preparatório, 12,7% o ensino primário e apenas 1,6% o ensino superior. Atenda-se ainda que, 1,6% não tem qualquer tipo de escolaridade (Cf. Tabela 2.1.).

No contexto de atividade profissional 43,8% trabalha na área de comércio/indústria, 29,2% na construção civil, 6,3% em transportes, 6,3% como vendedores ambulantes, 4,2% estudantes, 2,1% na área de restauração, 2,1% agricultura/pecuária, 2,1% como seguranças e 2,1% em serviços de saúde (Cf. Tabela 2.1.).

**Tabela 2.1.**

Caracterização sociodemográfica dos participantes (n=64).

<b>Características</b>		<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Idade intervalar</b>	23 a 27 anos	12	20,3
	28 a 32 anos	13	22,0
	33 a 37 anos	6	10,2
	38 a 42 anos	8	13,6
	43 a 47 anos	7	11,9
	48 a 52 anos	6	10,2
	53 a 57 anos	5	8,5
	58 a 62 anos	2	3,4
<i>M (DP)</i>			37,56 (10,59)
<b>Estado civil</b>	Solteiro	24	38,7
	Casado/União de Facto	23	37,1
	Divorciado/Separado	14	22,6
	Outra	1	1,6
<b>Escolaridade</b>	Primária (1º ao 4º ano)	8	12,7
	Preparatória (5º e 6º ano)	12	19,0
	Unificado (7º ao 9º ano)	23	36,5
	Secundário (10º ao 12º ano)	18	28,6
	Superior	1	1,6
	Analfabeto	1	1,6
<b>Profissão</b>	Restauração	1	2,1
	Comércio/Indústria	21	43,8
	Construção Civil	14	29,2
	Artesanato	1	2,1
	Estudante	2	4,2
	Transportes/Motorista	3	6,3
	Vendedor Ambulante	3	6,3
	Segurança	1	2,1
	Agricultura/Pecuária	1	2,1
	Serviços de Saúde	1	2,1

### 2.1.2. Instrumentos

Previamente à administração de qualquer instrumento, e em concordância com os princípios éticos e deontológicos impostos ao investigador, foi entregue a cada participante uma declaração consentimento informado (Cf. Anexo A). Tal declaração foi obtida em obediência ao definido no Código Deontológico dos Psicólogos, vigente na Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2011), nomeadamente os princípios específicos de consentimento informado, como a participação voluntária, direito de desistência a qualquer momento durante a investigação, a garantia de privacidade, confidencialidade e anonimato dos dados, informando ainda cada participante sobre os fins a que se destinam essas informações.

Para fins de avaliação dos padrões de vinculação dos jovens foi usada a “Escala de Vinculação do Adulto” (EVA) (Adult Attachment Scale-R; Collins & Read, 1990) adaptada à população portuguesa por Canavarro (1997).

Este instrumento foi concebido por Collins e Read em 1990 para identificar o padrão predominante de vinculação (Canavarro, 1999) de acordo com o modelo dos três fatores exposto no capítulo anterior. Os primeiros estudos psicométricos deste instrumento e a adaptação deste à população portuguesa foram conduzidos por Canavarro em 1997 (Canavarro, 1999). A realização posterior de estudos com o instrumento permitiu o aumento da amostra, e assim possibilitar o desenvolvimento de um novo estudo sobre as características psicométricas do mesmo (Canavarro, Dias & Lima, 2006).

De acordo com o estudo desenvolvido por Canavarro, Dias e Lima (2006) foi reavaliada a estrutura dimensional da escala, e realizadas análises sobre a fiabilidade desta. Após reavaliação da estrutura dimensional do instrumento, os autores optaram por substituir os fatores de vinculação Ansiosa, Segura e Evitante por dimensões, que se designam, respetivamente, por Ansiedade, Conforto com a Proximidade e Segurança nos Outros, tornando assim o instrumento mais semelhante ao desenvolvido por Collins e Read (Canavarro et al, 2006).

Sumariamente, a dimensão, Ansiedade, refere-se ao grau de ansiedade individual despoletado por questões interpessoais de receio de abandono; a dimensão, Conforto com a Proximidade, remete para o grau de conforto com proximidade e intimidade; e a

dimensão, Confiança nos Outros, representa o grau de confiança que têm em terceiros e da disponibilidade destes quando assim for necessário.

De modo a obter o padrão predominante de vinculação é realizada uma análise de *clusters* com as dimensões acima descritas, obtendo assim os três estilos descritos pelo modelo dos 3 fatores. Indivíduos seguros sentem-se confortáveis com a proximidade, são capazes de confiar nos outros e revelam baixos níveis de ansiedade; o perfil evitante tem dificuldade em confiar nos outros, não se sente confortável com proximidade ou intimidade e não apresenta receio especial de abandono; o grupo correspondente ao estilo ansioso receia a possibilidade de ser abandonado apesar de não se sentir confortável com proximidade/intimidade e demonstrar baixa confiança em terceiros (Canvarro et al, 2006).

A escala é um instrumento de autorrelato constituído por 18 itens com cinco opções de resposta que variam desde “Nada Característico em Mim” até “Extremamente Característico em Mim”. De modo a obter as pontuações nas dimensões da Escala os itens devem ser cotados de 1 a 5, à exceção dos itens invertidos (Quadro 1). Após cotação, deverá ser calculada a soma dos itens que constituem cada dimensão, dividindo o somatório pelo número de itens (6).

**Quadro 1.**

*Itens constituintes das dimensões da EVA (adaptado de Canavarro, Dias & Lima, 2006).*

<b>Dimensões</b>	<b>Itens</b>					
Ansiedade	3	4	9	10	11	15
Conforto com a proximidade	1	6	8*	12	13*	14
Confiança nos outros	2*	5	7*	16*	17*	18*

\*Itens invertidos

Analogamente à avaliação dos padrões de vitimação, foi utilizado um inquérito por questionário de autorrelato, “Vitimação do Delinquente”, desenvolvido por Nunes & Sani (s/d), que procura fazer o levantamento de dados que possam fornecer indicadores da eventual ocorrência de vitimação entre indivíduos com práticas delinquentes.

Este questionário é composto por duas partes: a primeira permite a obtenção de dados sociodemográficos dos participantes, de modo a caracterizar a amostra que integre os estudos realizados com o instrumento; a segunda parte remete para a história/padrões de violência e delito reportados pelos participantes. Trata-se de um conjunto de questões que

procura obter informação sobre o histórico e os padrões de comportamento delituoso, sobre os delitos eventualmente praticados e as penas efetivamente cumpridas, procurando ainda listar os atos delinquentes que o sujeito tenha praticado, bem como aqueles que tenham vitimado esse mesmo indivíduo.

O questionário foi desenvolvido e submetido a um pré-teste junto de indivíduos com história de conduta delincente, tendo-se revelado funcional, de fácil perceção e resposta por parte desta população, e sendo capaz de obter a informação pretendida.

### **2.1.3. Procedimento**

Como foi acima mencionado numa primeira fase desta investigação foram enviados os pedidos de autorização para a comissão de ética da universidade, para a DGRSP, e para o diretor da instituição, tendo sido deste modo assegurada a permissão do estudo (Cf. Anexo B).

Uma vez obtidas as autorizações, a investigadora reuniu com os técnicos da instituição de modo a seleccionar os indivíduos constituintes da amostra, tendo em conta os critérios de inclusão e exclusão da amostra. Assim que foram seleccionados os participantes, foi acordada com a instituição a disponibilidade para uso de uma sala cedida pela mesma, e assim proceder à recolha de dados.

O levantamento de dados foi realizado em duplas, com a investigadora presente em todos os momentos. Após exposto o processo de recolha, esclarecidos os objetivos do estudo, o carácter voluntário de participação, anonimato e confidencialidade dos dados, tendo sido dado espaço para que fossem esclarecidas dúvidas e respondidas questões. Posto este procedimento foi inquirida a aceitação de participação e consequente entrega o consentimento informado.

Assim que os consentimentos fossem preenchidos, estes eram recolhidos pela investigadora e guardados num envelope descaracterizado. Aos elementos que não aceitaram participar no estudo, foi agradecida a sua presença e pedido que estes se retirassem da sala de modo a assegurar os princípios deontológicos.

De seguida, foram administrados os instrumentos com o cuidado de evitar o efeito de cansaço, no preenchimento dos mesmos, o que poderia afetar os resultados de forma enviesada. Para tanto, sendo dois instrumentos – escala e questionário – garantiu-se que a sua administração fosse feita diferentemente em cada metade da amostra. Em 50% dos sujeitos a administração seguiu a ordem questionário-escala e, nos restantes 50%, inverteu-se essa ordem, passando a ser escala-questionário. A duração de aplicação dos materiais durou uma média de 15 minutos por dupla. Quando concluído o preenchimento dos instrumentos, os mesmos eram guardados num envelope.

No final da recolha dos dados, estes foram organizados, inseridos numa base de dados e analisados estatisticamente através do *IBM SPSS Statistics* – versão 23.

### 3. Resultados

#### 3.1. Análise interpretativa do padrão predominante de vinculação

De modo a identificar os estilos de vinculação dos participantes procedeu-se a uma análise não hierárquica de *Clusters K-means* com as dimensões Ansiedade, Conforto com a proximidade e Confiança nos outros como variáveis de classificação. Segundo, Canavaro e colaboradores (2006) a dimensão Ansiedade é aquela que apresenta maior peso discriminativo no estabelecimento de correspondência entre Clusters e estilos de vinculação (Cf. Tabela 3.1.).

**Tabela 3.1.**

*Dimensões EVA e estilos de vinculação obtidos através de uma análise de clusters (n=64).*

	<b>Clusters/Estilo de vinculação</b>		
	<b>Seguro</b> <i>n</i> = 25	<b>Ansioso</b> <i>n</i> = 19	<b>Evitante</b> <i>n</i> = 20
Ansiedade	1,92	3,36	2,51
Conforto com Proximidade	3,80	3,47	3,02
Confiança nos Outros	3,15	2,29	3,34

Verifica-se assim, que a maioria dos sujeitos apresenta um padrão predominante de vinculação insegura (60,94%), comparativamente com os indivíduos que apresentam características coincidentes com padrão predominante de vinculação segura (39,06%).

### 3.2. Análise dos padrões de delinquência

No que concerne às idades em que foi iniciado o percurso criminal destes indivíduos, sabe-se que 29,7% cometeu o primeiro delito depois dos 30 anos, 20,3% entre os 11 e os 15 anos, 15,6% entre os 16 e os 20 anos, 12,5% entre os 21 e os 25 anos, 6,3% antes dos 10 anos e 4,7% entre os 26 e os 30 anos (Cf. Tabela 3.2.).

**Tabela 3.2.**  
*Idade com que foi cometido o primeiro delito (n=64).*

	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Antes dos 10 anos	4	6,3
Entre os 11 e os 15 anos	13	20,3
Entre os 16 e os 20 anos	10	15,6
Entre os 21 e os 25 anos	8	12,5
Entre os 26 e os 30 anos	3	4,7
Depois dos 30 anos	19	29,7
Não sabe/Não responde	7	10,9

Em virtude da análise ao percurso institucional judicial dos participantes, é possível inferir que a maioria (89,1%) não cumpriu medidas tutelares educativas em instituições judiciais antes dos 16 anos, embora esta medida tenha sido aplicada a 10,9% da amostra. Quanto a detenções prévias, 56,3% afirma ter tido essa experiência, enquanto 43,8% nunca foram detidos. Relativamente a penas de prisão, 36,5% assume ter cumprido penas de prisão anterior, ainda que 62,5% não têm antecedentes de pena de prisão (Cf. Tabela 3.3.).

**Tabela 3.3.**  
*Historial de percurso institucional judicial (n=64).*

<b>Característica</b>		<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Permanência em instituição judicial antes dos 16 anos	Sim	7	10,9
	Não	57	89,1
Historial de detenção	Sim	36	56,3
	Não	28	43,8
Historial de penas de prisão	Sim	23	36,5
	Não	40	63,5

Com base nos dados recolhidos verifica-se uma maior incidência em crimes associados ao tráfico de drogas (57,8%), uma vez que este delito é frequentemente relacionado a crimes contra a propriedade, como furto (46,9%) e roubo (23,4%) depreende-se daí o grande número de respostas positivas.

Os crimes contra a integridade física assumem também uma representação considerável, em particular, os crimes de ofensa à integridade física (34,4%), de violência conjugal (14,1%) e de violência doméstica (4,7%). Importa também mencionar o elevado número de crimes rodoviários perpetrados (34,4%).

Apesar de apresentarem valores inferiores aos delitos acima mencionados, os crimes de assalto a residência (17,2%) e a estabelecimento comercial (10,9%) burla (7,8%), danos/destruição a equipamentos públicos (6,3%), tráfico de armas (6,3%), crimes contra a liberdade sexual (4,7%), mais especificamente o de lenocínio (1,6%), tráfico de pessoas (1,6%), homicídio (1,6%) e falsificação de documentos (1,6%) são também mencionados pelos participantes deste estudo (Cf. Tabela 3.4.).

**Tabela 3.4.**

*Padrão de delinquência (n=64).*

<b>Crime Praticado</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Furto	30	46,9
Roubo	15	23,4
Burla	5	7,8
Assalto/Ofensa Sexual	3	4,7
Agressão Física	22	34,4
Assalto a Residência	11	17,2
Assalto a Estabelecimento Comercial	7	10,9
Violência Conjugal	9	14,1
Violência Doméstica	3	4,7
Danos/Destruição de Equipamentos Públicos	4	6,3
Crimes Rodoviários	22	34,4
Tráfico de Armas	4	6,3
Tráfico de Drogas	37	57,8
Tráfico de Pessoas	1	1,6
Outro(s)	4	6,3
Homicídio	1	1,6
Lenocínio	1	1,6
Falsificação de Documentos	1	1,6

### **3.3. Análise dos padrões de vitimação**

Para efeitos de análise das características das vítimas e dos crimes praticados contra estas, foi aplicado um filtro em que apenas foram considerados os participantes que assinalavam uma ou mais situações de vitimação sofridas. Portanto, os resultados que aqui se apresentarem foram calculados, não sobre a base do total da amostra (64), mas antes sobre aqueles que reportaram vitimação. De acordo com a tabela 3.5., os 51 participantes identificados, apresentam uma média de idades de 36,67 anos, com desvio-padrão de 10,08, em termos de idade intervalar exista uma maior concentração de vitimação entre os 23 e os 32 anos de idade.

Quanto ao estado civil 38,8% das vítimas são solteiros, 34,7% são casados ou vivem em união de facto e 24,5% estão divorciados ou separados. A nível de escolaridade 40% concluiu o ensino unificado, 32% o ensino secundário, 16% o ensino preparatório e 12% o ensino primário. Em termos de atividade profissional existe maior concentração de vitimação nas áreas de comércio/indústria (45,9%) e construção civil (35,1%), tendo as restantes áreas pouca representação (Cf. Tabela 3.5.).

A maioria dos crimes praticados pelas vítimas é o tráfico de drogas (56,9%), seguido de crimes rodoviários (37,3%), violência conjugal (13,7%) e assalto a estabelecimentos comerciais (13,7%). Relativamente ao historial jurídico-institucional 13,7% apresenta historial de permanência em instituições judiciais antes dos 16 anos, 62,7% de detenção e 39,2% de pena(s) de prisão.

No que concerne à idade com que estes indivíduos cometeram o primeiro delito, 39,2% inicia atividades delinquentes durante a adolescência (entre os 11 e os 20 anos), 25,5% refere ter sido depois dos 30 anos, 17,8% no início da vida adulta (entre os 21 e os 30 anos) e 7,8% antes dos 10 anos, sendo que 9,8% não sabem ou não respondem.

**Tabela 3.5.**  
*Caracterização da(s) vítima(s) (n = 51).*

Características		Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	
<b>Idade intervalar</b>	[23,27]	10	21,7	
	[28,32]	11	23,9	
	[33,37]	5	10,9	
	[38,42]	5	10,9	
	[43,47]	6	13,0	
	[48,52]	5	10,9	
	[53,57]	4	8,7	
		<i>M(DP)</i>	36,67 (10,08)	
<b>Estado civil</b>	Solteiro	19	38,8	
	Casado/União de Facto	17	34,7	
	Divorciado/Separado	12	24,5	
	Outra	1	2,0	
<b>Escolaridade</b>	Primária (1º ao 4º ano)	6	12,0	
	Preparatória (5º e 6º ano)	8	16,0	
	Unificado (7º ao 9º ano)	20	40,0	
	Secundário (10º ao 12º ano)	16	32,0	
<b>Profissão</b>	Comércio/Indústria	17	45,9	
	Construção Civil	13	35,1	
	Estudante	1	2,7	
	Transportes/Motorista	2	5,4	
	Vendedor Ambulante	3	8,1	
	Segurança	1	2,7	
<b>Crime praticado</b>	Assalto a estabelecimento comercial	7	13,7	
	Violência conjugal	7	13,7	
	Violência doméstica	3	5,9	
	Danos/Destruição a equipamentos públicos	4	7,8	
	Crimes rodoviários	19	37,3	
	Tráfico de armas	2	3,9	
	Tráfico de drogas	29	56,9	
	Tráfico de pessoas	1	2,0	
	Outro(s)	4	7,8	
		Homicídio	1	2,0
		Lenocínio	1	2,0
	Falsificação de documentos	1	2,0	
<b>Histórico jurídico-institucional</b>	Permanência em instituição judicial antes dos 16 anos	7	13,7	
	Historial de detenções	32	62,7	
	Historial de penas de prisão	20	39,2	
<b>Idade com que cometeu primeiro delito</b>	Antes dos 10 anos	4	7,8	
	Entre os 11 e os 15 anos	11	21,6	
	Entre os 16 e os 20 anos	9	17,6	
	Entre os 21 e os 25 anos	7	13,7	
	Entre os 26 e os 30 anos	2	3,9	
	Depois dos 30 anos	13	25,5	
	Não sabe/Não responde	5	9,8	

A respeito de experiências de vitimação, a maioria dos participantes refere ter sido vítima de agressão física (56,9%), seguido por crimes de furto (33,3%) e de roubo (25,5%). Em proporção seguem-se os crimes de assalto a residência (19,6%), violência conjugal (15,7%), violência doméstica (13,7%), crimes rodoviários (11,8%), crimes associados ao tráfico de drogas (11,8%), e burla (7,8%) (Cf. Tabela 3.6.).

Apesar de não assumirem valores muito elevados, os crimes contra a liberdade pessoal também estão representados, em particular, os crimes de ameaça (3,9%) que inclui ameaça à integridade física (7,8%), o crime de sequestro (2,0%) e associação ao crime de tráfico de pessoas (2,0%). Os crimes contra a liberdade sexual também assumem uma dimensão relativamente baixa (5,9%), assim como o crime de assalto a estabelecimento comercial (3,9%), danos/destruição de equipamentos públicos (3,9%), tráfico de armas (2,0%), tráfico de pessoas (2,0%) e difamação (2,0%). Ainda na tabela 3.6., é documentado um caso em que o indivíduo considera ter sido vitimizado pelo sistema de justiça (2,0%).

**Tabela 3.6.**  
*Padrão de vitimação (n =51).*

		<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Vitimação sofrida</b>	Furto	17	33,3
	Roubo	13	25,5
	Burla	4	7,8
	Assalto/Ofensa Sexual	3	5,9
	Agressão Física	29	56,9
	Assalto a Residência	10	19,6
	Assalto a Estabelecimento Comercial	2	3,9
	Violência Conjugal	8	15,7
	Violência Doméstica	7	13,7
	Danos/Destruição de Equipamentos Públicos	2	3,9
	Crimes Rodoviários	6	11,8
	Tráfico de Armas	1	2,0
	Tráfico de Drogas	6	11,8
	Tráfico de Pessoas	1	2,0
	Outro(s)	8	15,7
	Ameaça	2	3,9
	Ameaça à integridade física	4	7,8
	Difamação	1	2,0
	Sequestro	1	2,0
	Sistema de Justiça	1	2,0
<b>Danos sofridos</b>	Materiais	24	48,0
	Físicos	27	54,0
	Psicológicos	30	60,0

Em função das situações de vitimação sofridas, 60% refere danos psicológicos, 54% danos a nível físico e 48% danos materiais. Em seguimento do estabelecimento de um padrão de crimes praticados contra estes sujeitos, e das consequências dos mesmos, surge naturalmente a descrição das situações que estes percecionam como mais graves.

Conforme a tabela 3.7., a maioria dos participantes consideram a agressão física como a situação mais grave (33,3%), sendo que alguns descrevem as ocorrências da seguinte forma: “relacionado com tráfico de estupefacientes”; “fui agredido frequentemente por membros policiais que faziam rugas no meu bar”; “(devido ao envolvimento em tráfico de drogas) fui agredido num parque público... facada e roubo”; “meti-me num assalto a residência e o dono veio a saber que fui eu o assaltante e agrediu-me”; “ estava em casa com uns amigos a fumar droga e o meu irmão encontrou-me e agrediu-me até me partir a cana do nariz”; “fui (...) agredido duas vezes na mesma semana sem dó nem piedade, isto está a deixar-me cada vez mais isolado... durante a prisão preventiva fui agredido”; “ (agentes de polícia) queriam que disse-se à força aquilo que não sabia”; “apareceu um rapaz que queria boleia e não demos, aí ele começou a agredir o dono do carro e eu defendi-o e saí lesado, levei uma facada no cotovelo”.

Em termos de violência conjugal (13,7%) os participantes contam: “ela consumia e eu não gostava... ela atacava-me e eu respondia... ela roubava coisas de casa para poder consumir”; “estava a dormir quando pela primeira vez me foi apontada uma faca por ciúmes e que me bateu ao mesmo tempo com uma panela na cabeça... fui vítima inúmeras vezes... fui vítima durante alguns anos até o dia em que me revoltei e acabei por cometer o mesmo crime pois a minha ex-companheira tinha ciúmes doentios, sei que não reagi de forma acertada mas sei que devido a não ter acompanhamento necessário não terminou da melhor forma”; “ela mentia-me... escondia-me coisas... roubava-me coisas... ficou grávida e continuava a prostituir-se... ela e o pai chegaram a limpar-me a casa”.

A respeito do crime de assalto a residência (11,8%), alguns explicam: “uma pessoa estava em minha casa com intuito de roubar valores, levando dinheiro”; “quando fui detido assaltaram-me a casa”; “assaltaram-me a minha casa e furtaram os documentos pessoais todos... assaltaram-me a casa pensando que iriam apanhar dinheiro ou algo valioso para venderem”. Neste crime em particular, um dos participantes considera o assalto a casa da sua mãe como a experiência de vitimação mais traumática, “roubaram a casa da minha mãe...o meio social em que estava enquadrado não era o mais aconselhável e devido a isso, isso sucedeu-se”.

Alusivo ao crime de roubo (9,8%) um participante refere: “estava a passear com dois amigos apareceu um casal em que o rapaz chegou por detrás de mim apontou-me uma navalha nas costas e pediu-me o telemóvel”. Quanto ao crime de furto (7,8%) um indivíduo expõe: “fui com uns amigos fazer um roubo e de seguida eles furtaram aquilo que eu tinha roubado”.

Refere ao crime de ameaças à integridade física (5,9%) é descrito: “fui ameaçado de morte por violar um miúdo”; “trabalhava como segurança em discotecas e era frequentemente ameaçado”.

Em virtude do crime de violência doméstica (5,9%), são expostos vários casos: “assistia a violência doméstica entre os meus pais e fui vítima de violência por parte dos mesmos, exerciam violência por tudo e por nada”; “fui agredido desde muito pequeno pelo meu pai, normalmente sem motivo, e muitas vezes porque defendia a minha mãe que também sofria de maus-tratos”.

Respeitante aos crimes associados ao tráfico de drogas (3,9%) surgem as seguintes descrições: “(por) ter feito tráfico de droga continuado para meio de subsistência, era ameaçado com frequência”; “quando era consumidor de estupefacientes estava a sair do local onde fui comprar o produto, dois rapazes correram atrás de mim para me roubar o produto, com uma arma, mas consegui escapar... queriam agredir-me e roubar-me”.

Quanto ao crime difamação (2,0%) o indivíduo refere: “desde que estou no estabelecimento prisional fui difamado que tinha sido vítima de violação”. O participante, vítima de sequestro (2,0%) conta: “fui lá com a minha namorada comprar cocaína e depois de uns indivíduos pedirem o carro emprestado à minha namorada ela foi emprestar, depois meteram-me dentro de uma barraca fechado e diziam que manda aqui é o \*\*\*\*\*, roubaram-me tudo e só me soltaram no dia seguinte”.

Em consideração ao crime de assalto a estabelecimento comercial (2,0%) é reportado: “assaltaram um café do qual era proprietário”. No que concerne à vitimação pelo sistema de justiça (2,0%) o sujeito revela: “fui condenado por uma coisa que não cometi (...) magoou-me bastante mesmo (...) e ainda hoje sinto isso”.

**Tabela 3.7.***Situações de vitimação consideradas mais graves pelos participantes (n =51).*

<b>Vitimação Sofrida</b>	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>Verbalizações</b>
Furto	4	7,8	“Fui com uns amigos fazer um roubo e de seguida eles furtaram aquilo que eu tinha roubado”.
Roubo	5	9,8	“Estava a passear com dois amigos apareceu um casal em que o rapaz chegou por detrás de mim apontou-me uma navalha nas costas e pediu-me o telemóvel”.
Difamação	1	2,0	“desde que estou no estabelecimento prisional fui difamado que tinha sido vítima de violação”.
Agressão Física	17	33,3	“Relacionado com tráfico de estupefacientes”; “Fui agredido frequentemente por membros policiais que faziam rugas no meu bar”; “(devido ao envolvimento em tráfico de drogas) Fui agredido num parque público... facada e roubo”; “Meti-me num assalto a residência e o dono veio a saber que fui eu o assaltante e agrediu-me”; “Estava em casa com uns amigos a fumar droga e o meu irmão encontrou-me e agrediu-me até me partir a cana do nariz”; “Fui (...) agredido duas vezes na mesma semana sem dó nem piedade, isto está a deixar-me cada vez mais isolado... durante a prisão preventiva fui agredido”; “(agentes de polícia) Queriam que disse-se à força aquilo que não sabia”; “Apareceu um rapaz que queria boleia e não demos, aí ele começou a agredir o dono do carro e eu defendi-o e saí lesado, levei uma facada no cotovelo”.
Assalto a Residência*	6	11,8	“Uma pessoa estava em minha casa com intuito de roubar valores, levando dinheiro”; “quando fui detido assaltaram-me a casa”; “Assaltaram-me a minha casa e furtaram os documentos pessoais todos... assaltaram-me a casa pensando que iriam apanhar dinheiro ou algo valioso para venderem”; “Roubaram a casa da minha mãe...o meio social em que estava enquadrado não era o mais aconselhável e devido a isso, isso sucedeu-se”.
Assalto a Estabelecimento Comercial	1	2,0	“Assaltaram um café do qual era proprietário”.
Ameaça à Integridade Física	3	5,9	“Fui ameaçado de morte por violar um miúdo”; “Trabalhava como segurança em discotecas e era frequentemente ameaçado”.

Violência Conjugal	7	13,7	<p>“Ela consumia e eu não gostava... ela atacava-me e eu respondia... ela roubava coisas de casa para poder consumir”;</p> <p>“Estava a dormir quando pela primeira vez me foi apontada uma faca por ciúmes e que me bateu ao mesmo tempo com uma panela na cabeça... fui vítima inúmeras vezes... fui vítima durante alguns anos até o dia em que me revoltei e acabei por cometer o mesmo crime pois a minha ex-companheira tinha ciúmes doentios, sei que não reagi de forma acertada mas sei que devido a não ter acompanhamento necessário não terminou da melhor forma”;</p> <p>“Ela mentia-me... escondia-me coisas... roubava-me coisas... ficou grávida e continuava a prostituir-se... ela e o pai chegaram a limpar-me a casa”.</p>
Violência Doméstica	3	5,9	<p>“Assistia a violência doméstica entre os meus pais e fui vítima de violência por parte dos mesmos, exerciam violência por tudo e por nada”;</p> <p>“Fui agredido desde muito pequeno pelo meu pai, normalmente sem motivo, e muitas vezes porque defendia a minha mãe que também sofria de maus-tratos”.</p>
Tráfico de Drogas	2	3,9	<p>“(Por) ter feito tráfico de droga continuado para meio de subsistência, era ameaçado com frequência”;</p> <p>“Quando era consumidor de estupefacientes estava a sair do local onde fui comprar o produto, dois rapazes correram atrás de mim para me roubar o produto, com uma arma, mas consegui escapar... queriam agredir-me e roubar-me”.</p>
Sequestro	1	2,0	<p>“Fui lá com a minha namorada comprar cocaína e depois de uns indivíduos pedirem o carro emprestado à minha namorada ela foi emprestar, depois meteram-me dentro de uma barraca fechado e diziam que manda aqui é o *****, roubaram-me tudo e só me soltaram no dia seguinte”.</p>
Sistema de Justiça	1	2,0	<p>“Fui condenado por uma coisa que não cometi (...) magoou-me bastante mesmo (...) e ainda hoje sinto isso”.</p>

\* 1 indivíduo refere assalto à residência da sua mãe como experiência mais grave

A respeito da caracterização do meio em que ocorreram tais experiências, 41,2% confirma que estas se devem ao envolvimento destes em atividades ilícitas e ligação a contextos de delinquência, enquanto 58,8% nega que o seu envolvimento em práticas delituosas contribuiu para a subsequente vitimação. Relativamente à situação ter ocorrido em meio/ambiente de delinquência, 58,8% refere que a situação não ocorreu em meios com tais características, embora 41,2% concorde com esta possibilidade (Cf. Tabela 3.8.).

Apesar de os valores obtidos serem idênticos nas duas variáveis, importa ter em conta que pelo facto de a situação de vitimação ter ocorrido devido ao seu envolvimento em contextos de delinquência, não implica que o meio em que a situação ocorreu seja de delinquência, e vice-versa. Porém não deve ser excluída essa mesma eventualidade.

**Tabela 3.8.**

*Características do meio/ambiente em que ocorreu situação de vitimação (n =51).*

<b>Características</b>		<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Envolvimento do sujeito em meio/ambiente de delinquência	Sim	21	41,2
	Não	30	58,8
Situação ocorrida em meio/ambiente de delinquência	Sim	21	41,2
	Não	30	58,8

Em consideração aos contextos em que decorreu a experiência de vitimação, 40,4% das ocorrências são ocasionais, 25,5% está dependem do envolvimento dos sujeitos a contextos de delinquência, 14,9% com questões associadas a relações íntimas, 10,6% a dinâmicas familiares violentas e 8,5% a questões relacionadas com órgãos policiais e/ou sistema de justiça (Cf. Tabela 3.9.).

**Tabela 3.9.**

*Contextos em que ocorreram situações de vitimação (n =51).*

	<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Situação ocasional	19	40,4
Violência familiar	5	10,6
Questões associadas a relações íntimas	7	14,9
Associado ao meio de delinquência	12	25,5
Questões associadas com órgãos policiais/sistema de justiça	4	8,5

De acordo com os dados recolhidos e descritos na tabela 3.10. verifica-se que 42,0% das situações de vitimação ocorreram durante a noite, 31,4% durante o dia, 17,6% em ambos os momentos e 8,0% refere não saber ou não se recordar. De igual forma estes crimes tendem a acontecer na rua (37,3%) ou em casa (33,3%), sendo que uma minoria reporta ambos os locais (9,8%), ainda que um número considerável de indivíduos refira outros locais (19,6%).

No que concerne à questão “nessa altura encontrava-se” 52% estava “acompanhado(s)”, 40% “sozinho(s)” e 8,0% assinalou a opção “não sabe”. Em termos de frequência 56,9% refere que esta se tratou de uma situação pontual, enquanto 43,1% assume que esta situação se prolongou durante períodos alargados de tempo (Cf. Tabela 3.10.).

Na tabela 3.10. surgem ainda os dados referentes à possibilidade de a vítima se encontrar sob efeito de drogas durante a situação de vitimação, apesar de mais de metade afirma que esse não era o caso (66,7%) uma minoria confirma estar sob influência de estupefacientes/álcool (19,6%).

**Tabela 3.10.**  
*Características da situação de vitimação (n =51).*

Característica		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)	
<b>Altura em que ocorreu</b>	Durante o dia	16	31,4	
	Durante a noite	21	42,0	
	Ambos	9	17,6	
	Não sabe	4	8,0	
<b>Local em que ocorreu</b>	Na rua	19	37,3	
	Em casa	17	33,3	
	Na rua e em casa	5	9,8	
	Outro	10	19,6	
<b>Com quem estava</b>	Sozinho	20	40,0	
	Acompanhado	26	52,0	
	Não sabe	4	8,0	
<b>Frequência com que ocorreu</b>	Situação pontual	29	56,9	
		Sim	22	43,1
		Não		
	< 0 meses	1	2,0	
	Entre 0 a 4 Meses	2	3,9	
	Entre 10 a 14 Meses	3	5,9	
	Entre 15 a 19 Meses	1	2,0	
	Entre 3 a 6 Anos	3	5,9	
	Entre 7 a 10 Anos	1	2,0	
	> 10 Anos	2	3,9	
Sem especificação	7	13,7		

<b>Vítima sob efeito de drogas</b>	Sim	10	19,6
	Não	34	66,7
	Não sabe/Não se lembra	7	13,7

Como é possível consultar na tabela 3.11., a maioria dos perpetradores são conhecidos (62,7%), sendo que a relação com o(s) ofensor(es) oscilam desde família por consanguinidade (13,7%), família por afinidade (2,0%), companheira(s)/cônjuge(s) (5,9%) – a realçar situações em que os ofensores se tratavam da companheira/cônjuge e sogro (3,9%) –, ex-companheira(s)/ex-cônjuge(s) (3,9%), amigo(s) (9,8%), conhecido(s) ou vizinho(s) (13,7%) – com destaque para caso em que os agressores se tratavam de um familiar e vizinho (2,0%) –, patrão (2,0%), 2,0% cliente(s) e até por membros da força policial (5,9%). Os restantes participantes afirmam que se tratavam de estranhos (25,5%), enquanto uma minoria afirma não saber de quem se tratavam os ofensores (11,8%).

Relativamente ao ofensor estar sob efeito de drogas a maioria assume não saber ou não se recordar (49,0%), embora essa possibilidade seja confirmada por 33,3%, e contestada por 17,6% (Cf. Tabela 3.11.).

**Tabela 3.11.**  
*Caracterização do(s) ofensor(es) (n =51).*

<b>Característica</b>		<b>Frequência Absoluta (n)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	
<b>Ofensor conhecido ou estranho</b>	Conhecido(s)	32	62,7	
	Estranho(s)	13	25,5	
	Não sabe	6	11,8	
<b>Tipo de relação com o ofensor</b>	Família por consanguinidade	7	13,7	
	Família por afinidade	1	2,0	
	Companheiro/Cônjuge	3	5,9	
	Ex-companheiro/Ex-cônjuge	2	3,9	
	Amigo(s)	5	9,8	
	Conhecido(s)/Vizinho(s)	7	13,7	
	Agente policial	3	5,9	
	Outros	Patrão	1	2,0
		Cliente(s)	1	2,0
		Companheiro/Cônjuge e sogro familiar e vizinho	2	3,9
		1	2,0	
<b>Ofensor sob efeito de drogas</b>	Sim	17	33,3	
	Não	9	17,6	
	Não sabe/Não se lembra	25	49,0	

## **4. Discussão de resultados**

### **4.1. Discussão da análise do padrão predominante de vinculação**

Relativamente aos padrões de vinculação, o presente estudo reproduz com sucesso aquilo que tem vindo a ser demonstrado na literatura com população desviante, i.e., há um predomínio dos padrões de vinculação inseguros em comparação ao de vinculação segura (Ogilvie et al., 2014).

Apesar de vários estudos optarem por analisar a associação entre indicadores de vinculação e comportamento violento em jovens (e.g. Allen et al., 2002; Jennings & Reingle, 2012; Savage, 2014), e outros considerarem que esta relação tende a enfraquecer conforme o sujeito envelhece (Hoeve et al., 2012), os resultados obtidos propõem que esta associação é preservada na vida adulta. Contudo não existem dados suficientes que nos permitam avaliar de que modo o padrão de vinculação influencia a conduta violenta.

Assim, a predominância de padrões de vinculação insegura em indivíduos que cumprem pena de prisão reforça a importância que vínculos fortes e positivos com a sociedade assume na predisposição em aderir a normas sociais, como é postulado na teoria do vínculo social de Hirschi (Bouffard & Rice, 2011; Nunes & Trindade, 2015; Thompson & Bynum, 2010). Logo, a propensão para que sujeitos com comportamentos de risco e subsequente envolvimento em subculturas criminais, falhem em estabelecer relações de vinculação positivas com elementos “normativos” da sociedade é reforçada, o que acaba por resultar numa dificuldade acrescida de consolidação com a sociedade, e em simultâneo facilitada a associação a contextos de desvio.

## **4.2. Discussão da análise dos padrões de delinquência**

Embora vários indivíduos assumam ter começado a carreira criminal já na idade adulta (34,4%), os resultados obtidos estão em concordância com a investigação, uma vez que a maioria dos sujeitos ingressou em atividades delituosas durante a adolescência (35,9%) ((Benavente, 2002; Boutwell, Barnes, Deaton & Beaver, 2013; Braga & Gonçalves, 2013; Jennings & Reingle, 2012; Moffitt, 1993; Posick & Gould, 2015; Zheng & Cleveland, 2015), sendo que uma minoria dos participantes refere iniciar o percurso criminal antes dos 10 anos (Boutwell et al.2013; Moffitt, 1993).

O presente estudo dirigiu-se a uma amostra de adultos que cumpriam pena de prisão, preventiva ou efetiva, no momento da recolha de dados. A partir dos dados recolhidos subentende-se que para a maioria dos indivíduos este não foi o primeiro contacto com o sistema judicial, visto que mais de metade dos participantes apresenta historial de detenção (56,3%), enquanto 36,5% assume ter cumprido pena de prisão e 10,9% cumpriu medida tutelar educativa em instituição judicial antes dos 16 anos.

Com base nos dados, pode-se ainda inferir um padrão de delinquência, em que a maioria dos sujeitos cumpre prisão por envolvimento no crime de tráfico de drogas (57,8%), sendo que o crime de furto (46,9%), crimes rodoviários (34,4%), roubo (23,4%), assalto a residência (17,2%) e violência conjugal (14,1%) também apresentam valores elevados. Tal como foi mencionado previamente, o crime de tráfico apresenta por norma concomitância com crimes contra a propriedade, quer como uma tentativa de manter os consumos, quer pela associação a indivíduos delinquentes. A explicação do nível de incidência dos restantes crimes, pode ser explicada pelas características populacionais que estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão médio reúnem, e também pelo foco que o sistema jurídico-penal e órgãos policiais dirigem a estas infrações.

### **4.3. Discussão da análise dos padrões de vitimação**

Como foi demonstrado no último ponto do capítulo anterior, a literatura tem vindo a comprovar a sobreposição entre vitimação e delinquência (Loeber et al., 2001; TenEyck & Barnes, 2017), bem como demonstrar a tendência de sobrevitimação de indivíduos com trajetórias desviantes (Cusson, 2007; Schreck, 1999).

No presente estudo 79,69% dos sujeitos assume ter sido vítima de um ou mais crimes, sendo que os crimes de agressão física (56,9%), furto (33,3%), roubo (25,5%), assalto a residência (19,6%), violência conjugal (15,7%), violência doméstica (13,7%), e crimes associados ao tráfico de drogas (11,8%) têm maior representatividade que os restantes. Como foi possível observar a partir das descrições fornecidas pelos sujeitos, várias situações de agressão estão associadas a contextos de toxicodependência.

Em virtude da análise de crimes praticados pelas vítimas, o crime de tráfico de drogas é aquele que assume maior dimensão (56,9%), demonstrando assim que o envolvimento neste tipo de práticas (i.e., tráfico e consumo) torna os sujeitos mais propensos a serem vítimas de violência e crime. A investigação demonstra que indivíduos inseridos em contextos de posse, venda e/ou consumo de drogas apresentam maior exposição a fatores de risco e violência (Begle et al., 2011; Chang et al., 2003; Goldstein, 1986; Schreck, 1999). A convivência com contextos de toxicodependência tem vindo a indicar maior risco para sofrer de violência também em contextos de intimidade (Goldstein, 1986), hipótese esta verificada pelas descrições fornecidas por três dos sete indivíduos vítimas do crime de violência conjugal.

Relativamente às características do meio em que ocorreu a situação de vitimação sabe-se que 41,2% refere que esta estava de alguma forma associada ao envolvimento destes a contextos de delinquência, surgindo em proporção idêntica os crimes que ocorreram em ambientes de delinquência, desconsiderando o grau de envolvimento destes em práticas criminosas. Sabe-se também que 40,4% das ocorrências se reportam a situações ocasionais, enquanto 25,5% se associa ao envolvimento do sujeito em atividades delituosas.

Embora as experiências de vitimação ocorram mais durante a noite, não existe grande variância relativamente àquelas que sucedem durante o dia, resultados semelhantes foram obtidos relativamente ao local em que ocorreu o crime e se estes se encontravam sozinhos

ou acompanhados, demonstrando assim que estes sujeitos estão suscetíveis à vitimação, independentemente da altura, lugar ou (ausência de) companhia. Porém pode-se concluir que existe uma tendência para que os crimes sejam perpetrados por conhecidos (62,7%), sendo que os ofensores mais frequentes são familiares por consanguinidade (13,7%), conhecido(s)/vizinho(s) (13,7%) e amigo(s) (9,8%).

Os dados demonstram ainda que 19,6% das vítimas assume estar sob efeito de drogas enquanto 66,7% nega, 33,3% afirma que o(s) ofensor(es) estavam sob efeito de drogas na altura do crime, porém 49,0% refere não saber ou não se lembrar. Quanto aos danos sofridos mais de metade dos participantes refere danos psicológicos (60,0%), enquanto 54,0% menciona danos físicos e 48,0% danos materiais. Este último ponto potencializa a discussão sobre a possibilidade de muitos destes indivíduos não reportarem os crimes dos quais são vítimas, quer pelo sentimento de que não podem confiar no sistema de justiça, ou pelo receio de sofrer vitimação terciária.

## Conclusão

Após exposição teórica e empírica do presente estudo, surge agora o momento de verificar se os objetivos delineados no método foram cumpridos, pelo que passam a ser recordados como os seguintes:

- (i) Identificar o padrão de vinculação predominante nestes indivíduos;
- (ii) Recolher informação sobre as experiências de vitimação vividas de forma a identificar a presença de um eventual padrão de vitimação na população em análise;
- (iii) Captar a perceção dos inquiridos a respeito da vivência de tais situações;
- (iv) Procurar a eventual ligação entre a vivência de situações de vitimação e o estilo de vida desviante dos sujeitos.

O primeiro objetivo incorria em identificar um padrão predominante de vinculação em indivíduos que cumpriam pena de prisão, preventiva ou efetiva, sendo os resultados obtidos consistentes com a literatura consultada.

O presente estado de arte estipula que condutas desviantes estão positivamente associadas a diversos fatores biopsicossociais, sendo a qualidade das relações de vinculação, existência de conflitos familiares, controlo parental e a influência de pares, algumas das variáveis consideradas na avaliação do impacto que as relações de vinculação assumem na delinquência (Chang et al., 2003). Como demonstrado pelos resultados obtidos existe uma prevalência clara dos padrões de vinculação insegura nesta população, o que acaba por fortificar a existência de uma relação entre estes dois fenómenos.

Conforme descrito no segundo objetivo, que ambicionava recolher dados sobre as experiências de vitimação e, através da identificação de similaridades delinear um padrão de vitimação, verifica-se que a maioria das vítimas tem entre 23 a 32 anos de idade, apresentam nível de escolaridade que oscila entre o unificado e o secundário e, exercem atividade profissional nas áreas de comércio/indústria e construção civil. Relativamente ao início da atividade criminal ocorre uma polarização, pois, apesar de a maioria dos sujeitos referir que o primeiro delito foi cometido durante a adolescência (entre os 11 e os 20 anos) um número considerável de indivíduos ingressou nestas práticas já na idade adulta (após os 30 anos).

A partir do historial jurídico-institucional dos participantes, é possível delinear um padrão de reincidência, do qual se conclui que a maioria das vítimas apresenta antecedentes criminais, como descrito em estudos prévios (Loeber et al., 2001; Manasse & Ganem, 2009; Mulford et al., 2016). Por fim, surgem as situações de vitimação mais frequentes, tendo os crimes de agressão física, assalto a residência, furto e roubo, maior representatividade. Através das descrições obtidas subentende-se que o envolvimento destes sujeitos em práticas ilícitas serve, frequentemente, como facilitador para a vitimação.

Seguindo agora para o terceiro objetivo, que pretendia captar a percepção dos inquiridos a respeito da vivência das situações de vitimação, verifica-se que para a maioria dos inquiridos os crimes de agressão física, violência conjugal e assalto a residência, se assumem como os mais gravosos. Saliente-se ainda que, apesar de 21 indivíduos considerarem que o seu envolvimento em práticas desviantes teve influência na situação de vitimação, 30 negam essa possibilidade.

O quarto e último objetivo, incidiu em procurar uma eventual ligação entre a vivência de situações de vitimação e o estilo de vida desviante dos sujeitos, tendo esta sido confirmada pelos resultados obtidos.

Vários estudos empíricos têm vindo a suportar a ideia de que ofensores e vítimas partilham várias características, relativamente à participação em estilo de vida que permitem maior exposição ao risco, e a pares que, por sua vez, os expõem a mais comportamentos de risco. Indicativo disto é a frequência significativa de vitimação em indivíduos que apresentam envolvimento com o crime de tráfico de drogas, contextos estes de mais exposição a violência e risco. O simples facto de a esta prática se associarem outros crimes, como, ofensas à integridade física, furto e roubo, serve para explicar a frequência de vitimação neste grupo.

Atendendo ainda para o facto de a maioria dos ofensores serem conhecidos das vítimas vem apenas reforçar a facilidade com que a sobreposição vítima-ofensor ocorre. Esta tendência traduz-se numa probabilidade acrescida de convergência espaço-temporal de um indivíduo motivado a cometer crime, potencial vítima e ausência de meios de vigilância e proteção, como sugere a teoria das atividades rotineiras (Antunes & Ahlin, 2017; Cusson, 2007; Gonçalves, 2008; Gottfredson, 1984).

O facto de a população considerada neste estudo apresentar antecedentes criminais, e estar envolvida em subculturas criminais, faz com que fiquem algo isolados da sociedade geral. Estas particularidades contribuem para que estes indivíduos sintam menor apoio por parte dos órgãos judiciais, o que acaba por fomentar o número de casos pertencentes às cifras negras da justiça, e como tal resulta na escassez de alerta social para a problemática da vitimação nestes contextos, perpetuando desta forma um ciclo de silêncio e vitimação.

Naturalmente, o presente estudo apresenta limitações, em particular a questão da amostra de dimensão reduzida e pouco diversificada, aliado ao facto de se tratar de uma amostra de conveniência. Logo, a generalização dos resultados para a população é comprometida, devido ao viés de seleção introduzido e falta de representatividade. De modo a colmatar esta falha sugere-se que, de futuro sejam conduzidos mais estudos nesta temática, com uma dimensão populacional mais alargada e diversificada. De referir também a, carência de bibliografia dedicada ao tema da vitimação do delincente, não só no contexto português como também no internacional.

Surge assim a pertinência em desenvolver mais estudos nestas temáticas, tais como: explorar a relação entre vinculação e delinquência, e de que forma outras variáveis possam mediar e/ou moderar esta conexão; analisar diferenças de género relativamente à vitimação em contextos de delinquência; descrever estratégias de *coping* utilizadas para lidar com a experiência de vitimação, visto que a adoção de comportamentos desviantes pode surgir após vivência de vitimação (Agnew, 2002); verificar se existem similaridades ao nível de dimensões de personalidade em indivíduos desviantes com experiência de vitimação; e apurar se a presença de sintomas psicopatológicos aumenta vulnerabilidade de vitimação nestes grupos.

## Referências

- Agnew, R. (2002). Experienced, vicarious, and anticipated strain: An exploratory study on physical victimization and delinquency. *Justice Quarterly, 19*(4), 603-632.
- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child development, 40*, 969-1025.
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist, 44*(4), 709-716.
- Ainsworth, M.D.S. & Bell, S. M. (1970). Attachment, exploration, and separation: Illustrated by the behaviour of one-year-olds in a strange situation. *Child development, 41*, 49-67.
- Allen, J. P., Moore, C., Kuperminc, G. & Bell, K. (1998). Attachment and adolescent psychosocial functioning. *Child development, 69*(5), 1406-1419.
- Allen, J. P., Marsh, P., Mcfarland, C., McElhaney, K. B., Land, D. J., Jodl, K. M. & Peck, S. (2002). Attachment and autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during midadolescence. *Journal of consulting and clinical psychology, 70*(1), 56-66.
- Alvarez-Rivera, L. L., Price, A. M. & Ticknor, B. (2017). The effect of attachment and self-control on status offending among Puerto Rican high school students. *American journal of criminal justice, 42*(2), 329-349
- Antunes, M. J. L. & Ahlin, E. M. (2017). Youth exposure to violence in the community: Towards a theoretical framework for explaining the risk and protective factors. *Aggression and violent behaviour, 34*, 166-177.
- Bartholomew, K. & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of personality and social psychology, 61*(2), 226-244.
- Begle, A. M., Hanson, R. F., Danielson, C. K., McCart, M. R., Ruggiero, A. B. A., Resnick, H. S., Saunders, B. E. & Kilpatrick, D. G. (2011). Longitudinal pathways of victimization, substance use, and delinquency: Findings from the national survey of adolescents. *Addictive behaviors, 36*, 682-689.

- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise psicológica*, 4(20), 637-645.
- Bouffard, J. A. & Rice, S. K. (2011). The influence of the social bond on self-control at the moment of decision: Testing Hirschi's redefinition of self-control. *American journal of criminal justice*, 36(2), 138-157.
- Boutwell, B. B., Barnes, J. C., Deaton, R. & Beaver, M. (2013). On the evolutionary origins of life-course persistent offending: A theoretical scaffold for Moffitt's developmental taxonomy. *Journal of theoretical biology*, 322, 72-80.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *International journal of psycho-analysis*, 39, 350-373.
- Braga, T. & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência juvenil: Da caracterização à intervenção. *Revista de psicologia da criança e do adolescente*, 4(1), 95-116.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental psychology*, 28(5), 759-775.
- Bretherton, I. (1999). Updating the "internal working model" construct: Some reflections. *Attachment & human development*, 1(3), 343-357.
- Buist, K. L., Dekovic, M., Meeus, W. & Aken, M. A. G. (2004). The reciprocal relationship between early adolescent attachment and internalizing and externalizing problem behaviour. *Journal of adolescence*, 27, 251-266.
- Calabrese, M. L., Farber, B. A. & Westen, D. (2005). The relationship of adult attachment constructs to object relational patterns of representing self and others. *Journal of the American academy of psychoanalysis and dynamic psychiatry*, 33(3), 513-530.
- Canavarro, M. C. (1999). *Relações afetivas e saúde mental: Uma abordagem ao longo do ciclo de vida*. (1ª edição). Coimbra: Quarteto.
- Canavarro, M. C., Dias, P. & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: Uma revisão crítica a propósito da aplicação da adult attachment scale-r (AAS-R) na população portuguesa. *Psicologia*, 20(1), 11-36.

- Chang, J. J., Chen, J. J. & Brownson, R. C. (2003). The role of repeat victimization in adolescent delinquent behaviors and recidivism. *Journal of adolescent health, 32*(4), 272-280.
- Cho, S. (2017). Self-control and risky lifestyles in context: Cross-level integration between opportunity and collective efficacy in the study of peer victimization among South Korean youth. *Journal of child and family studies, 26*(1), 67-79.
- Cohen, L. E. & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American sociological review, 44*, 588-608.
- Collins, N. L. & Read, S. J. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of personality and social psychology, 58*(4), 644-663.
- Cooper, M. L., Shaver, P. R. & Collins, N. L. (1998). Attachment styles, emotion regulation, and adjustment in adolescence. *Journal of personality and social psychology, 74*(5), 1380-1397.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. (2ª Edição) Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- DSM-5 (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. American Psychiatric Association. (5ª edição). Porto Alegre: Artmed.
- Dunkel, C. S., Mathes, E. & Beaver, K. M. (2013). Life history theory and the general theory of crime: Life expectancy effects on low self-control and criminal intent. *Journal of social, evolutionary, and cultural psychology, 7*(1), 12-23.
- Elgar, F. J., Knight, J., Worrall, G. J. & Sherman, G. (2003). Attachment characteristics and behavioural problems in rural and urban juvenile delinquents. *Child psychiatry and human development, 34*(1), 35-38.
- Follan, M. & Minnis, H. (2009). Forty-four juvenile thieves revisited: From Bowlby to reactive attachment disorder. *Child: care, health, and development, 36*(5), 639-645.
- Freeman, H. & Brown, B. B. (2001). Primary attachment to parents and peers during adolescence: Differences by attachment style. *Journal of youth and adolescence, 30*(6), 653-674.

- Friedlmeier, W. & Granqvist, P. (2006). Attachment transfer among Swedish and German adolescents: A prospective longitudinal study. *Personal relationships, 13*, 261-279.
- Goldstein, P. J. (1986). Homicide related to drug traffic. *Bulletin of the New York Academy of Medicine, 62*(5), 509.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. (3ª edição). Coimbra, Quarteto Editora.
- Gottfredson, M. R. (1981). On the etiology of criminal victimization. *Journal of criminal law and criminology, 72*(2), 714-726.
- Gottfredson, M. R. (1984). *Victims of crime: The dimensions of risk*. United Kingdom: Home Office Research and Planning Unit.
- Haas, H. & Cusson, M. (2015). Comparing theories performance in predicting violence. *International journal of law and psychiatry, 38*, 75-83.
- Häufle, J. & Wolter, D. (2015). The interrelation between victimization and bullying inside young offender institutions. *Aggressive behavior, 41*, 335-345.
- Hay, C. & Evans, M. M. (2006). Violent victimization and involvement in delinquency: examining predictions from general strain theory. *Journal of criminal justice, 34*, 261-274.
- Hazan, C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of personality and social psychology, 52*(3), 511-524.
- Hoeve, M., Stams, G. J. J. M., van der Put, C. E., Dubas, J. S., van der Laan, P. H. & Gerris, J. R. M. (2012). A meta-analysis of attachment to parents and delinquency. *Journal of abnormal child psychology, 40*, 771-785.
- Ireland, J. L. & Ireland, C. A. (2008). Intra-group aggression among prisoners: Bullying intensity and exploration of victim-perpetrator mutuality. *Aggressive behavior, 34*, 76-87.
- Ireland, J. L. & Power, C. L. (2004). Attachment, emotional loneliness, and bullying behaviour: A study of adult and young offenders. *Aggressive behavior, 30*, 298-312.
- Jennings, W. G. & Reingle, J. M. (2012). On the number and shape of developmental/life-course violence, aggression, and delinquency trajectories: A state-of-the-art review. *Journal of criminal justice, 40*, 472-489.

- Jennings, W. G., Piquero, A. R. & Reingle, J. M. (2012). On the overlap between victimization and offending: A review of the literature. *Aggression and violent behaviour, 17*, 16-26.
- Johnson, W. L., Giordano, P. C., Longmore, M. A. & Manning, W. D. (2016). Parents, identities, and trajectories of antisocial behaviour from adolescence to young adulthood. *Journal of developmental and life-course criminology, 2*(4), 442-465.
- Lemelin, C., Lussier, Y., Sabourin, S., Brassard, A. & Naud, C. (2014). Risky sexual behaviours: The role of substance use, psychopathic traits, and attachment insecurity among adolescents and young adults in Quebec. *The Canadian journal of human sexuality, 23*(3), 189-199.
- Loeber, R., Kalb, L. & Huizinga, D. (2001). *Juvenile delinquency and serious injury victimization*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Manasse, M. E. & Ganem, N. M. (2009). Victimization as a cause of delinquency: The role of depression and gender. *Journal of criminal justice, 37*, 371-378.
- Matos, M. (2016). Vitimação múltipla. In R. L. Maia, L. M. Nunes, S. Caridade, A. I. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes & L. Afonso (Coords.), *Dicionário crime, justiça e sociedade* (pp. 538-540). Lisboa: Edições Sílabo.
- McKillop, N., Brown, S., Johnson, I., Smallbone, S. & Ogilvie, J. M. (2017). Can systemic interventions designed to reduce reoffending by youth also reduce their victimization. *Journal of child & adolescent trauma, 10*(1), 41-50.
- Meier, R. F. & Miethe, T. D. (1993). Understanding theories of criminal victimization. *Crime and justice, 17*, 459-499.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological review, 100*(4), 674-701.
- Mulford, C. F., Blachman-Demner, D. R., Pitzer, L., Schubert, C. A., Piquero, A. R. & Mulvey, E. P. (2016) Victim offender overlap: Dual trajectory examination of victimization and offending among young felony offenders over seven years. *Victims & offenders, 1-27*.

- Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis. Trajectórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Nunes, L. M., Ribeiro, D. & Candeias, B. (2017). Delinquência e crime – A vitimação do ofensor. In L. M. Nunes, A. Sani, R. Estrada, F. Viana, S. Caridade & R. L. Maia (Coords.), *Crime e segurança nas cidades contemporâneas* (pp. 159-172). Porto: Fronteira do caos.
- Nunes, L. M. & Trindade, J. (2015). *Delinquência: percursos criminais; desenvolvimento, controle, espaço físico e desorganização social*. (1ª edição). Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Ogilvie, C. A., Newman, E., Todd, L. & Peck, D. (2014). Attachment & violent offending: a meta-analysis. *Aggression and violent behavior, 19*, 322-339.
- Pace, U & Zappulla, C. (2011). Problem behaviors in adolescence: The opposite role played by insecure attachment and commitment strength. *Journal of child and family studies, 20*(6), 854-862.
- Pina, M. S. (2016). Vitimação. In R. L. Maia, L. M. Nunes, S. Caridade, A. I. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes & L. Afonso (Coords.), *Dicionário crime, justiça e sociedade* (pp. 534-536). Lisboa: Edições Sílabo.
- Posick, C. & Gould, L. A. (2015). On the general relationship between victimization and offending: Examining cultural contingencies. *Journal of criminal justice, 43*, 195-204.
- Savage, J. (2014). The association between attachment, parental bonds and physically aggressive and violent behavior: A comprehensive review. *Aggression and violent behavior, 19*(2), 164-178.
- Schreck, C. J. (1999). Criminal victimization and low self-control: an extension and test of a general theory of crime. *Justice Quarterly, 16*(3), 633-654.
- Schreck, C. J. & Fisher, B. S. (2004). Specifying the influence of family and peers on violent victimization: Extending routine activities and lifestyles theories. *Journal of interpersonal violence, 19*(9), 1021-1041.
- Schreck, C. J., Stewart, E. A. & Fisher, B. S. (2006). Self-control, victimization, and their influence on risky lifestyles: A longitudinal analysis using panel data. *Journal of quantitative criminology, 22*, 319-340.

- Shaffer, J. N. & Ruback, R. B. (2002). *Violent victimization as a risk factor for violent offending among juveniles*. Juvenile justice bulletin. Washington, DC: U.S. Department of justice, Office of justice programs, Office of juvenile justice and delinquency prevention.
- TenEyck, M. & Barnes, J. C. (2017). Exploring the social and individual differences among victims, offenders, victim-offenders, and total abstainers. *Victims and offenders*, 1-18.
- Thompson, W. E. & Bynum, J. E. (2010) *Juvenile delinquency: A sociological approach*. (8th edition) Allyn & Bacon.
- Thornberry, T. P. & Figlio, R. M. (1974). Victimization and criminal behavior in a birth cohort. In T. P. Thornberry & E. Sagarin (Eds.), *Images of crime: Offenders and victims* (pp. 102-112). New York: Praeger.
- Van Wijk, J. (2013). Who is the “little old lady” of international crimes? Nils Christie concept of the ideal victim reinterpreted. *International review of victimology*, 19(2), 159-179.
- Von Hentig, H. (1940). Remarks of the interaction of perpetrator and victim. *Journal of criminal law and criminology*, 31(3), 303-309.
- Vries, S. L. A., Hoeve, M., Stams, G. J. J. M. & Asscher, J. J. (2016). Adolescent-parent attachment and externalizing behavior: The mediating role of individual and social factors. *Journal of abnormal child psychology*, 44(2), 283-294.
- Zheng, Y. & Cleveland, H. H. (2015). Differential genetic and environmental influences on developmental trajectories of antisocial behavior from adolescence to young adulthood. *Journal of adolescence*, 45, 204-213.
- Zaykowski, H. & Campagna, L. (2014). Teaching theories of victimology. *Journal of criminal justice education*, 25(4), 452-467.

## Anexos

### Anexo A

Consentimento Informado

# DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

*“Delinquência: Processos de Vitimação e Padrões de Vinculação”*

**Eu, abaixo-assinado,** \_\_\_\_\_.

compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que da informação ou explicação que me foi prestada versaram os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**Assinatura do participante:** \_\_\_\_\_

O Investigador responsável:

**Nome:** Daniela Ribeiro

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



Exmo(a) Senhor(a)  
Dra. Daniela Catarina Gomes Ribeiro  
  
dcgribeiro.18@gmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		96/DSOPRE	06.06.2017

**Assunto:** Investigação académica para Mestrado em Psicologia da Justiça na Uni. Fernando Pessoa

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho de 6/06/2017, do Sr. Subdiretor-Geral, Dr. Paulo Moimenta de Carvalho, foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Leiria.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços

JJ Semedo Moreira

ML/2017

**Anexo C**  
Parecer da comissão de ética



Universidade Fernando Pessoa  
www.ufp.pt

com conhecimento  
e clareza e orientada(a).  
28/03/2017

Exma. Senhora  
Prof. Doutora Inês Gomes  
Diretora da FCHS

Porto, 23 de Março de 2017

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de reapreciado o projeto de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e Crime, intitulado "Delinquência: Processo de Vitimação e Padrões de Vinculação", de Daniela Catarina Gomes Ribeiro, considera nada haver a opor ao mesmo, desde que:

- o preenchimento dos questionários não seja feito em salas com 10 pessoas, dada a vulnerabilidade da população em causa e a possibilidade de perda de confidencialidade durante o processo;
- a investigadora se mantenha disponível durante a administração dos instrumentos, dado que a linguagem dos mesmos pode nem sempre ser perceptível para os participantes;
- a questão do consentimento informado seja acautelada relativamente a situações em que os indivíduos possam não estar em condições de o preencher.

Chama-se ainda a atenção para dois aspetos:

- o benefício para os participantes deve ser mais claro, dado que o carácter de imprecisão da sua formulação não permite responder à questão fundamental do benefício deste tipo de estudos para as populações envolvidas;
- as cartas enviadas com esclarecimentos relativos às formas como se responde às questões colocadas nos pareceres da CE deveriam ser dirigidas à mesma, e não às Direções das Faculdades, pois é a CE que emite os pareceres e que avaliará da adequação das alterações feitas.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da  
Comissão de Ética da UFP

  
Teresa Martinho Toldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

481C, 502 057 602 - Reg. Consessal n.º 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

REITORIA - | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais | | Faculdade de Ciência e Tecnologia | Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T +351 22 507 1300 - F +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt  
| Faculdade de Ciências da Saúde | | Escola Superior de Saúde | R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T +351 22 507 4630 - F +351 22 507 4637 - R. Delém Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal  
T +351 22 509 6371 - geral.saude@ufp.pt. UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Berrandios - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt